

Ataque à polícia para encobrir o ladrão Bolsonarista do STF demitiu o delegado que prendeu Vorcaro

Reprodução



Simone convoca mulheres à guerra contra fascismo: ‘Quem defende o Brasil somos nós’

A candidata ao Senado por São Paulo Simone Tebet (PSB) elevou o tom dos ataques contra o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) durante um ato de campanha realizado no sábado (5), em São José do Rio Preto, no interior paulista. “O Brasil está em guerra contra o fascismo”, decretou Simone. **Pág. 4**

INSS: Governo anuncia o fim da fila de espera para atendimento

O governo federal anunciou, na quinta-feira (3), que passou a analisar mais pedidos de benefícios previdenciários e assistenciais por mês do que o número de novos requerimentos apresentados, reduzindo assim a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O anúncio foi feito pelo presidente Lula em cerimônia no Palácio do Planalto. **Pág. 5**

Porta-aviões e destróier dos EUA fogem de Ormuz após ataque do Irã

A força aeroespacial do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (CGRI) anunciou no sábado (5) ter atacado “com vários mísseis balísticos um porta-aviões e um contratorpedeiro dos agressores norte-americanos que hostilizavam embarcações iranianas e participavam do bloqueio naval ao país”. Conforme Teerã, a investida deixou as duas embarcações danificadas, o que as forçou a abandonar a zona de conflito. **Pág. 7**



Fachin e Dino reverteram a demissão pró-Flávio. Cadê os R\$ 63 milhões dados aos bolsonaros?

O ministro André Mendonça determinou liminarmente na terça-feira (8) a destituição do delegado-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, que prendeu o banqueiro Daniel Vorcaro. Já no início da quarta-feira (9), o ministro Flávio Dino cancelou a demissão. **Página 3**

Um senador pegou dinheiro sujo e abafam o caso, resume Alckmin

Corrupção de Flávio Bolsonaro e Vorcaro envolveu muito dinheiro público

Ricardo Stuckert



O presidente Lula e a primeira-dama Janja da Silva abriram as comemorações do 7 de Setembro, em Brasília

Lula: “O Brasil não vai se curvar a nenhuma potência”

“Precisamos nos manter fortes e altivos, sem baixar a cabeça, para não deixarmos que o Brasil se transforme, novamente, em colônia de outras potências estrangeiras. Não somos, e não sere-

mos colônia de ninguém”, afirmou o presidente Lula na mensagem, transmitida em cadeia nacional de rádio e TV. O presidente fez um discurso em defesa da soberania e críticas indiretas ao

tarifaço. “Para além do grito de Dom Pedro I, a Independência do Brasil foi uma dura conquista de homens e mulheres que deram suas vidas nas batalhas contra a tirania, a escravidão e a in-

justiça social”, disse Lula no pronunciamento à nação. No dia 7 de Setembro, em Brasília, o presidente Lula abriu pela manhã o desfile do Dia da Independência, na Esplanada dos Ministérios. **Página 3**

“Há mais de 120 dias foi revelado que um senador, candidato à Presidência da República, pediu a um banqueiro preso por operar fraudes financeiras e desviar dinheiro de aposentados, dezenas de milhões de dólares para bancar um filme de forma no mínimo suspeita”, afirmou o vice-presidente Geraldo Alckmin denunciando o acobertamento dos crimes de Flávio Bolsonaro e Daniel Vorcaro. “As denúncias envolvendo o Banco Master são gravíssimas e precisam ser investigadas imediatamente”, cobrou o vice-presidente Alckmin. **Pág. 2**

Com Tarcísio, explode em São Paulo violência contra a mulher

O governador Tarcísio de Freitas tem deixado o Estado mais inseguro e violento. São Paulo registrou 141 feminicídios no primeiro semestre de 2026, o maior número para o período desde o início da série histórica, em 2018. Foi o Estado em que mais aumentou a violência contra a mulher. **P. 4**

Governo destina R\$ 389 milhões para submarino nuclear avançar

O submarino nuclear brasileiro deverá entrar em uma nova etapa de construção em 2027. A proposta orçamentária enviada pelo governo ao Congresso reserva R\$ 388,7 milhões diretamente para a embarcação. As informações são da Revista Militar. A iniciativa está dentro das prioridades do governo no setor de Defesa. **Página 2**

Foto: Divulgação Foresea



Sonda NS-42 no poço Morpho Petrobrás vai perfurar mais três poços na Margem Equatorial

No primeiro poço perfurado pela estatal no Amapá foi descoberto petróleo de alta qualidade

A Petrobrás conquistou, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a licença ambiental para que a estatal execute a perfuração de mais três novos poços exploratórios de petróleo no litoral do Amapá, na área da Margem Equatorial. Essa medida vai propiciar a ampliação dos estudos para avaliar o volume de petróleo disponível e se haverá viabilidade econômica na exploração da área, após a descoberta de hidrocarbonetos, no mês de agosto, no primeiro poço perfurado no bloco FZA-M-59, o Poço Morpho, localizado a 175 Km da costa do Oiapoque (Amapá) e a cerca de 500 km da foz do Rio Amazonas, em lâmina d’água de 2.886 metros.

“Após a autorização do órgão ambiental, a companhia iniciará o planejamento das ações para a continuidade das atividades exploratórias no bloco, com a conclusão da perfuração do poço Morpho e, posteriormente, a perfuração dos poços Manga (fruta), Crotalus e Morpho Extensão”, informou a estatal em nota.

O pedido para realizar a perfuração foi feito, ao órgão, em agosto passado. A decisão foi assinada na quinta-feira (3), os novos poços são fundamentais para determinar se a recente descoberta de petróleo pela Petrobrás é comercialmente viável.

A presidente da Petrobrás, Magda Chambriard, declarou que “todos os estudos indicam potencial bastante relevantes. Essa descoberta confirma nossos estudos e nós vamos continuar explorando”.

Declaração que vem na mesma linha que a presidente da estatal já havia manifestado quando dos resultados exploratórios do primeiro poço perfurado: “Nosso otimismo em relação à margem equatorial brasileira se confirma hoje. Essa primeira descoberta na costa do Amapá é resultado da dedicação e da competência da Petrobrás, que está comprometida com a recomposição das reservas de petróleo e com a segurança energética do país”, já afirmava Chambriard.

PROTEÇÃO AMBIENTAL E SEGURANÇA ENERGÉTICA

Em razão da localização da área das perfurações em região ambientalmente sensível, ao largo da costa amazônica brasileira, a Petrobrás ficará responsável de apresentar um cronograma de perfuração atualizado no prazo de 30 dias após o recebimento da licença.

Diante das severas exigências ambientais que o Ibama tem feito, como a implementação de Plano de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas, projetos de comunicação social, controle de poluição e monitoramento ambiental, a Petrobrás garante possuir a tecnologia mais avançada do mundo para operar em águas ultraprofundas, sem causar nenhum evento de comprometimento ecológico na sua atuação em águas profundas, como a experiência do pré-sal não deixa dúvidas.

A exploração de petróleo na Margem Equatorial é estratégico para o Brasil, para garantir a soberania nacional sobre sua riqueza, a segurança energética e o desenvolvimento econômico do país, como vem defendendo o presidente Lula e representantes de diversos setores da sociedade.

Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil



Vice-presidente Geraldo Alckmin denuncia Flávio Bolsonaro



Governo Lula destina R\$ 389 milhões para o submarino nuclear brasileiro

Projeto entrará numa nova fase em 2027. Iniciativa está dentro das prioridades para o setor de Defesa anunciadas pelo presidente

O submarino nuclear brasileiro deverá entrar em uma nova etapa de construção em 2027. A proposta orçamentária enviada pelo governo ao Congresso reserva R\$ 388,7 milhões diretamente para a embarcação. As informações são da Revista Militar.

A iniciativa está dentro das prioridades do governo no setor de Defesa e prevê o início da fabricação de seu casco resistente, estrutura projetada para suportar a pressão encontrada durante a navegação submersa. O Submarino Nuclear Alvaro Alberto é o primeiro projeto de submarino de propulsão nuclear do Brasil e da América Latina, desenvolvido pela Marinha do Brasil em parceria com a Itaguaí Construções Navais (ICN).

A meta apresentada na Mensagem Presidencial do Projeto de Lei Orçamentária Anual é levar a execução acumulada do submarino a 29% até o final de 2027. Antes do começo do casco resistente, o cronograma estabelece a conclusão da chamada Seção C Preliminar.

O avanço tem peso especial porque desloca o projeto de uma etapa dominada pelo desenvolvimento de sistemas e pela preparação industrial para uma fase em que partes fundamentais da embarcação começam a tomar forma. Em

programas dessa complexidade, a construção do casco não é apenas mais um item do cronograma: ela condiciona a futura integração da planta de propulsão, dos sistemas internos e dos equipamentos de combate.

O valor faz parte do Programa de Desenvolvimento de Submarinos, o PRO-SUB, que terá R\$ 852,5 milhões em 2027. Dentro do mesmo programa, estão previstos R\$ 247,9 milhões para os submarinos convencionais e R\$ 215,7 milhões para o estaleiro e a base naval destinados à construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares. Essa separação é importante. O orçamento do PROSUB reúne embarcações e infraestrutura, enquanto os R\$ 388,7 milhões correspondem especificamente à construção do submarino de propulsão nuclear.

Diante das crescentes ameaças dos Estados Unidos ao Brasil e a outros países do mundo, o Ministério da Defesa do Brasil terá o sexto maior orçamento em 2027. A previsão consta na proposta de orçamento do próximo ano, encaminhada nesta semana ao Congresso Nacional. O projeto contempla cerca de R\$ 148 bilhões para a pasta em 2027.

A Mensagem Presidencial utiliza a denominação Submarino Nuclear Con-

vencionalmente Armado — SNCA. O termo indica que a energia para propulsão será produzida por um reator nuclear, mas os armamentos empregados serão convencionais. Não se trata, portanto, de um submarino equipado com armas nucleares.

Paralelamente à construção da embarcação, o Programa Nuclear da Marinha terá R\$ 1,429 bilhão. Essa é a maior dotação individual destinada aos projetos navais apresentados no programa Defesa Nacional. Os recursos serão aplicados no desenvolvimento do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica, o Labgene, na infraestrutura do ciclo do combustível nuclear e na Planta Nuclear Embarcada.

Somadas, as dotações do Programa Nuclear da Marinha e da construção específica do submarino chegam a aproximadamente R\$ 1,82 bilhão. O cálculo ajuda a dimensionar o esforço financeiro de 2027, mas reúne duas ações orçamentárias diferentes.

A autonomia sobre o ciclo do combustível é um dos pontos centrais do projeto. Sem domínio nacional dessa etapa, a operação do submarino permaneceria dependente de fornecedores externos em uma tecnologia considerada estratégica e sensível.

Empresários da indústria de máquinas criticam os juros altos do Banco Central

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, afirmou que os juros elevados impactam o setor, inibindo os investimentos. “Nós estamos observando taxas de juros altíssimas”, declarou em coletiva à imprensa, ao divulgar os dados do setor do mês de julho na terça-feira (1/9).

“Por que o Banco Central aumenta a taxa de juros? Para esfriar o mercado. O que está acontecendo? Está esfriando o mercado. É uma questão de causa e efeito. O BC está fazendo isso para diminuir os investimentos no Brasil. É diminuir o consumo. Se diminui o consumo, diminuem os in-

vestimentos”, destacou sobre a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em patamar elevado, hoje em 14%. “Então é causa e efeito”.

As vendas da indústria de máquinas e equipamentos recuaram em julho na comparação anual, com a receita líquida caindo 8,9%, para R\$ 24,4 bilhões. Na comparação com junho, houve alta de 0,7%, com ajuste sazonal. Nos sete primeiros meses do ano, o setor teve queda de 12,9%.

De acordo com Velloso, a taxa de investimento no país está muito baixa e já não é de hoje, depois de 2016 caiu para 16% do Produto Interno Bruto (PIB) e nunca mais voltou a patamar acima de 20%.

“O Brasil precisa de uma taxa de investimentos de

21%, 22% do PIB”, defendeu o presidente da Abimaq. “Não dá para dizer que é adiamento, nós estamos com uma baixa taxa de investimentos há muito tempo”.

No mês de julho de 2026, o consumo aparente (mercado interno mais importações, subtraindo as exportações) cresceu 1,9% em relação a junho, atingindo R\$ 34,62 bilhões. No entanto, resultou em investimentos 5,3% inferiores ao observado em julho de 2025, o quarto consecutivo neste comparativo, “confirmando que a demanda doméstica segue deprimida”, diz o Relatório da Abimaq.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/empresarios-da-industria-de-maquinas-criticam-juros-altos-do-bc/>

“Há mais de 120 dias foi revelado que um senador, candidato à Presidência da República, pediu a um banqueiro preso por operar fraudes financeiras”, disse o vice, cobrando investigações

O vice-presidente Geraldo Alckmin denunciou em suas redes sociais o acobertamento dos crimes de Flávio Bolsonaro e Daniel Vercaro. “As denúncias envolvendo o Banco Master são gravíssimas e precisam ser investigadas imediatamente”, disse Alckmin.

“Há mais de 120 dias foi revelado que um senador, candidato à Presidência da República, pediu a um banqueiro preso por operar fraudes financeiras e desviar dinheiro de aposentados, dezenas de milhões de dólares para bancar um filme de forma no mínimo suspeita”, acrescentou o vice-presidente, referindo-se aos R\$ 65 milhões transferidos secretamente por Daniel Vercaro a Flávio Bolsonaro.

Ele lembrou que “o filme foi gravado no Brasil, mas o dinheiro foi parar nos Estados Unidos e até agora não se sabe para que foi usado, sem notas fiscais ou contratos apresentados”.

Alckmin destacou que além de não investigar o caso, “temos acompanhado vazamentos seletivos de investigações sob sigilo legal”. “É preciso levantar o sigilo de todas as investigações e processos sobre o Banco Master. Doa a quem doer, independente do cargo ou da função pública”, apontou Alckmin.

“Nosso governo, a Polícia Federal e o Ministério Público têm atuado com total autonomia e independência, sem qualquer interferência e seguirá assim”, afirmou.

Alckmin deu força para as palavras de Lula. “O presidente Lula está correto. O Brasil precisa conhecer a verdade. Queremos que todos os fatos venham à tona o mais rápido possível e que as instituições cumpram com seus deveres institucionais”, prosseguiu o vice.

“O fortalecimento e a credibilidade das nossas instituições são indispensáveis para que o nosso país siga adiante com confiança”, defendeu.

Brasil não aceita restrição europeia à carne brasileira e governo anuncia reação

O governo se manifestou em nota, assinada pelos ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, nesta quinta-feira (3), criticando a entrada em vigor do veto à carne brasileira para a União Europeia a partir de hoje.

“Durante as reiteradas gestões e encontros realizados no período, as autoridades brasileiras manifestaram sua indignação com a ausência de diálogo prévio à adoção de medida—o que não condiz com a profundidade da parceria estratégica entre Brasil e União Europeia—, e insistiram em solução célere da questão, mediante o aprofundamento do intercâmbio técnico e o fornecimento das informações adicionais solicitadas pela parte europeia”,

diz trecho da nota.

O governo espera que “o diálogo técnico em curso permita alcançar solução célere, objetiva, transparente e fundamentada em critérios científicos”, mas ressalta que “o governo brasileiro reserva-se o direito de recorrer aos instrumentos cabíveis para assegurar condições equilibradas de comércio, inclusive às medidas de reciprocidade previstas no ordenamento jurídico nacional, bem como aos mecanismos pertinentes previstos no Acordo MERCOSUL-União Europeia e no sistema multilateral de comércio”.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/governo-nao-aceita-restricao-europeia-a-carne-brasileira-e-anuncia-reacao/>

Por que devemos votar em Lula?, por Paulo Kliass

Mais uma vez em nossa História, a população vai ser chamada às urnas para escolher o “menos pior” dentre os candidatos à Presidência da República. Para o pleito que se avizinha, não se trata apenas de optar por Lula pelo fato de ele ser muito mais bem preparado do que o filho de Jair Bolsonaro para exercer o cargo. A exemplo do que ocorreu em 2018 e 2022, a escolha se dará novamente entre civilização e barbárie. Estamos diante de um sério risco de um novo retrocesso político-institucional, que pode abalar ainda mais a nossa frágil tessitura democrática. O bolsonarismo já deu inúmeras provas de que não tem nenhum pudor em romper as bases de nossa estrutura republicana para se perpetuar no poder e aprofundar o processo de avanço do autoritarismo.

Infelizmente, a campanha por um quarto mandato de Lula não está conseguindo, até o presente momento, empolgar parcelas expressivas do eleitorado e mesmo da militância progressista. O afastamento que se observou, durante o quadriênio que está em vias de se encerrar, em relação às promessas de campanha em 2022 e às necessidades do país é enorme. A época, o candidato havia prometido revogar o Teto de Gastos de Temer, mas na prática apenas promoveu a

sua substituição pelo Teto do Haddad, consubstanciando no Novo Arcabouço Fiscal. Lula havia prometido revogar as Reformas Trabalhista e Previdenciária do período posterior ao “golpeachment” de Dilma Rousseff. No entanto, ele nada fez nesta direção. Pelo contrário, houve uma espécie de consolidação das péssimas condições e trabalho e de salário de forma generalizada.

Lula havia prometido reestatizar as refinarias da Petrobrás entregues por Bolsonaro ao capital privado, bem como desfazer a privatização da BR Distribuidora. No entanto, tais compromissos foram esquecidos depois de janeiro de 2023. Além disso, o fato relevante é que o terceiro mandato foi marcado por um rigor absoluto do governo às regras da austeridade fiscal. Com isso, todas as iniciativas que poderiam significar a retomada de um projeto desenvolvimentista foram abandonadas. As limitações autoimpostas pela área econômica para qualquer elevação das despesas governamentais operaram para impedir que o governo sasse da ramerrame do debate conjuntural de cumprimento ou não das metas do austericídio.

Continua: <https://horadopovo.com.br/por-que-devemos-votar-em-lula-por-paulo-kliass/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Mirante, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Presidente durante seu pronunciamento na TV

Não nos curvaremos para potências que querem que o Brasil volte a ser uma colônia, afirma Lula

O presidente Lula afirmou no domingo (6) que a defesa da soberania brasileira deve orientar o uso das riquezas do país em favor do desenvolvimento econômico e social. Na véspera do 7 de Setembro, ele fez um histórico e citou heróis da conquista da independência brasileira.

Lula citou democracia, livre comércio, proteção do território, defesa das fronteiras e preservação do meio ambiente como elementos de um país soberano. Na mensagem, o presidente afirmou que o Brasil tem tradição pacífica, mas disse que isso não significa aceitar pressões externas. “Não vamos abaixar a cabeça diante de potências estrangeiras que querem transformar o Brasil novamente em colônia”, afirmou.

O presidente mencionou o cenário internacional de guerras, tarifas comerciais e tentativas de interferência externa. O presidente defendeu que o país preserve sua capacidade de decidir sobre seus recursos naturais e sobre seu projeto de desenvolvimento. “Ninguém vai interferir para quem nós vendemos e de quem nós compramos”, disse o presidente.

Segundo Lula, o Brasil possui a segunda maior reserva de terras raras do mundo e a maior fonte de água doce do planeta. Ele também lembrou a descoberta recente de uma nova reserva de petróleo pela Petrobrás.

De acordo com o presidente, seu governo busca transformar essas riquezas em benefícios para a população. Lula citou a aprovação do marco legal que permitirá ao país “transformar as enormes reservas de minerais críticos e terras raras em desenvolvimento e riqueza para o povo brasileiro”.

O pronunciamento também tratou da relação entre soberania e oportunidades. Lula afirmou que um país soberano deve proteger o território, as riquezas naturais e a população, além de criar condições para que as pessoas alcancem sua própria independência. Na mensagem exibida antes das comemorações da Independência, o presidente reforçou a defesa da democracia, do livre comércio e do orgulho de ser brasileiro.

Leia a íntegra da mensagem de Lula: Minhas amigas e meus amigos, Amanhã, 7 de setembro, é dia de comemorar a Independência do Brasil.

Para além do grito de Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga, a Independência do Brasil foi uma dura conquista de homens e mulheres que deram suas vidas nas batalhas contra a tirania, a escravidão e a injustiça social.

De Tiradentes, herói da Inconfidência Mineira, a Maria Quitéria, Maria Felipa e Joana Angélica, heroínas do 2 de julho na Bahia.

Defender a Independência do Brasil é defender nossa soberania e nossa democracia.

Mais do que nunca, é preciso lutar pelo que é nosso.

Temos a segunda maior reserva de terras raras do mundo, e a maior fonte de água doce. No último mês, descobrimos uma nova e rica reserva de petróleo.

Nossas riquezas devem servir ao futuro do povo brasileiro.

Foi aprovado no Congresso Nacional o marco legal que permitirá ao Brasil transformar as enormes reservas de minerais críticos e terras raras em desenvolvimento e riqueza para o povo brasileiro.

Recursos naturais que, da mesma forma que o nosso petróleo, devem ser usados para o desenvolvimento de tecnologia de ponta e geração de empregos de qualidade no Brasil.

Por isso, não podemos baixar a cabeça diante de potências estrangeiras que querem transformar o Brasil novamente em colônia.

Não somos colônia e não seremos colônia de ninguém.

Minhas amigas e meus amigos,

Um país soberano é aquele capaz de defender seu território, suas fronteiras, seu meio ambiente, suas riquezas e seu povo de quaisquer interesses estrangeiros.

Um país soberano é aquele capaz de criar as oportunidades que o seu povo precisa para conquistar a própria independência.

A independência financeira, a independência de poder estudar e pensar livremente, escolher a melhor profissão e o melhor emprego.

Ter mais tempo para si mesmo e para sua família.

A independência de contar, como previsto na Constituição Federal, com saúde pública de qualidade e a melhor educação gratuita para seus filhos.

E de viver em um país livre da fome, da pobreza e de todas as formas de desigualdade, com direitos para todos, em vez de privilégios para poucos.

Minhas amigas e meus amigos, o Brasil trabalha pela paz mundial e a harmonia entre as nações.

Defendemos o livre comércio. Nenhum governante estrangeiro tem o direito de dizer de quem podemos comprar e para quem podemos vender.

Somos um país soberano, e nossas decisões pertencem a nós e a mais ninguém.

Temos motivos de sobra para nos orgulharmos do nosso país.

Temos na Amazônia uma das maiores biodiversidades do planeta.

Somos exemplo na defesa do meio ambiente.

Nossa riqueza cultural encanta o mundo. Somos referência mundial em transição energética e no enfrentamento da emergência climática que ameaça o futuro da humanidade.

E temos cada um e cada uma de vocês, que formam o extraordinário povo brasileiro, um dos mais admirados em todo o planeta.

Um feliz Dia da Independência, e que Deus continue abençoando o nosso Brasil.

Mendonça afastou o delegado que prendeu o banqueiro ladrão



Bolsonaro e Mendonça, em muita intimidade. Flávio está blindado pelo ministro

Flávio recebeu R\$ 65 milhões de Vercaro e o Brasil exige que este crime seja investigado

Esta é a exigência de toda a sociedade brasileira. Há 120 dias o ministro André Mendonça impede as investigações deste escândalo que abalou o Brasil. E, pior, além de impedir a investigação, o ministro bolsonarista do STF resolveu atacar a Polícia Federal, que foi quem prendeu Vercaro.

Entidades empresariais, intelectuais, políticos e artistas divulgaram manifestos exigindo que tudo venha a público. O STF não pode deixar de analisar o que está acontecendo e esclarecer a sociedade. Um escândalo como este, envolvendo um candidato a presidente que embolsou R\$ 65 milhões, não pode ficar em sigilo. Como disse o presidente Lula, “há que tornar tudo público. Doa a quem doer”.

Nas últimas semanas, o ministro André Mendonça resolveu atacar várias pessoas para desviar o foco dos crimes de Flávio no caso Master. Ele abriu três inquéritos contra o filho do presidente Lula, mesmo não havendo nenhuma acusação ou prova de ilícito contra

ele. Transformou o filho do presidente no grande vilão da República enquanto escondia as provas dos milhões embolsados por Flávio Bolsonaro junto ao banqueiro, dono do Banco Master.

Ficou martelando neste assunto para que Flávio não precisasse prestar contas à sociedade sobre motivo do banqueiro lhe passar uma quantia tão alta. Flávio se esquivou de dar explicações. Mendonça sentou em cima de seu inquérito. As notícias só falavam de Lulinha. Depois ele passou a atacar também Alexandre de Moraes, a Polícia Federal e a Procuradoria Geral da República.

Ele não falou para ninguém que havia mantido um encontro secreto dele próprio com Daniel Vercaro. Só ficou insinuando que o novo vilão da República era Alexandre de Moraes, por conta de trocas de mensagens. Moraes denunciou o encontro de Mendonça e o dono do Banco Master e pediu que o plenário da corte analisasse o caso. O Procurador-geral

da República, Paulo Gonet, desmentiu as insinuações e pediu a nulidade das decisões de Mendonça.

Como o ministro Flávio Dino havia solicitado que as investigações sobre o desvio do dinheiro do Master para o filme Dark Horse fossem enviadas para a Polícia Federal e para o seu inquérito sobre este desvio, Mendonça imediatamente partiu para o ataque à Polícia Federal. Ele pediu o afastamento do diretor-geral do PF, Andrei Rodrigues, e de Leandro Almada, da diretoria de Inteligência Policial.

Como disse o ministro Flávio Dino, que reconduziu Andrei e Almada ao comando da PF, essa medida de Mendonça visou impedir as investigações dos crimes de Flávio Bolsonaro. Ele afirmou que a paralisação das ações da Polícia Federal beneficia os criminosos. Foi baseado nisso que Dino determinou a volta dos diretores da PF aos seus cargos e pediu para o ministro Fachin, presidente do STF, levar o caso para o plenário.

Traidores da Pátria na Paulista instigam EUA a atacar o Brasil

No ato bolsonarista do ano passado, no 7 de Setembro, havia uma enorme bandeira dos Estados Unidos.

Agora, neste ato de 2026, eles inflaram um boneco gigante de Donald Trump segurando o presidente Lula pela cabeça. Uma traição vergonha ao Brasil.

Uma clara instigação para que uma potência imperialista agrida o Brasil e desrespeite as autoridades locais. Este é um ato de traição nacional desvergonhada. Flávio Bolsonaro convocou o ato para encher a bola de Trump e denegrir a imagem do Brasil. Isso é um crime de lesa-pátria.

Bandeira americana e israelense no ato bolsonarista (reprodução)

Assim como fizeram na eleição passada, os bolsonaristas estão atacando as instituições para desestabilizar o país e abrir espaço para ingerência externa nas eleições brasileiras. Eduardo Bolsonaro está mancomunado com Marco Rubio dos EUA, um fascista que prepara, a mando de Trump, golpes e invasões em países da América Latina. Mendonça e seus asseclas estão atacando o Supremo que foi uma das instituições mais

importantes para derrotar o fascismo no Brasil.

Flávio Bolsonaro, totalmente envolvido com o banqueiro Daniel Vercaro, faz cinicamente o discurso de que os vilões são os ministros do STF. Foi ele que pegou os R\$ 65 milhões das mãos do banqueiro. Ele foi pego em flagrante pedindo o dinheiro ao criminoso. Apesar disso, ele ataca Alexandre de Moraes e defende André Mendonça que está acobertando seus crimes. Isto é uma grande hipocrisia.

André Mendonça está sentado em cima das investigações sobre o desvio milionário de R\$ 65 milhões do Banco Master para Flávio. Ele não deixa investigar e mantém sigilo absoluto sobre o caso. Há provas inconteste de crime de Flávio Bolsonaro neste caso, mas Mendonça não faz nada. Ao contrário, ele aponta suas baterias para outros alvos para desviar a atenção sobre

Flávio.

É por isso que os bolsonaristas prestaram homenagem a ele no ato da segunda-feira (7) na Avenida Paulista. Porque ele está acobertando os crimes de Flávio Bolsonaro e atacando o ministro Alexandre de Moraes, que foi o relator do processo que condenou Jair Bolsonaro à prisão por tentativa de golpe de Estado.

Não foi só Trump que teve um boneco gigante na avenida Paulista. André Mendonça também teve um. Ele está prestando um grande serviço ao bolsonarismo. Ele está criando uma crise no STF às vésperas da eleição. Não foi por acaso que o ministro Flávio Dino alertou que isso poder servir para a ingerência estrangeira no processo eleitoral brasileiro. E é exatamente isso o que o bolsonarismo fez na eleição passada e está fazendo novamente agora.



Boneco gigante de Trump feito pelos bolsonaristas

Trata-se de um golpe do ministro para defender Flávio e o criminoso do Banco Master e interferir no processo eleitoral

A decisão do ministro André Mendonça de afastar o delegado-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência Policial, Leandro Almada, sob a alegação de irregularidades na produção de relatórios de inteligência, além de ser um escândalo, é uma vingança porque foi Andrei que prendeu o banqueiro ladrão Daniel Vercaro.

Mendonça segue sentado em cima do inquérito que investiga o banqueiro bem com a transferência de R\$ 65 milhões do dinheiro que ele roubou da sociedade para o senador Flávio Bolsonaro. Ele impede as investigações de seu protegido e desvia a atenção para outros suspeitos com vistas a tirar o foco sobre os crimes Flávio e do próprio dono do Banco Master.

Agora começa a ficar claro porque ele vazou seletivamente trocas de mensagens entre Alexandre de Moraes e o dono do Banco Master mas escondeu que ele próprio participou de uma reunião secreta com o banqueiro. Afastar o delegado que prendeu o banqueiro é um tiro no pé de Mendonça. Ele está deixando claro que é um protetor de bandidos.

Sua decisão é uma ataque a toda a instituição da Polícia Federal. Ela já se manifestou

Mendonça atacou PF para acobertar Flávio e outros criminosos, aponta Flávio Dino

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi direto ao ponto e afirmou que a decisão de André Mendonça, de interromper os trabalhos de direção da Polícia Federal, favorece os investigados no âmbito de apurações sensíveis, entre elas as relacionadas ao filme Dark Horse.

É exatamente isso o que pretendia André Mendonça. Ele vem acobertando os crimes de Flávio Bolsonaro no escândalo do Banco Master há 120 dias e perseguindo outras pessoas para desviar a atenção de seu protegido. Até o filho do presidente Lula, contra quem não havia nada de concreto, virou alvo de três inquéritos de Mendonça.

A decisão de afastar o delegado responsável pela prisão de Daniel Vercaro e pelas operações que golpearam fortemente as facções criminosas beneficia claramente os bandidos. Foi isso o que alertou Flávio Dino em sua decisão. Ele citou especificamente as investigações sobre o filme Dark Horse, que foi o instrumento pelo qual Flávio Bolsonaro embolsou os R\$ 65 milhões do Banco Master.

A afirmação de Flávio Dino se deu quando o ministro analisou um pedido de tutela de urgência apresentado por Andrei Rodrigues contra a decisão do ministro André Mendonça, que havia determinado seu afastamento da direção da PF e também o de Leandro Almada. Segundo Dino, a medida de Mendonça interferia em investigações sob sua relatoria e comprometia o funcionamento regular da Polícia Federal.

“Não se afirma o caráter doloso da conduta de qualquer agente público, mas é evidente que, objetivamente, a interrupção dos trabalhos de direção de investigações policiais interessa, sobretudo, aos investigados”, escreveu Dino. “Do mesmo modo, a sementeira de nulidades processuais, decorrentes do descumprimento de formalidades legais essenciais, embaraça a adequada conclusão dos processos penais”, acrescentou.

O caso está diretamente ligado ao acesso da Polícia Federal a material apreendido pela Polícia Civil de São Paulo em investigações sobre emendas parlamentares federais destinadas a empresas que, segundo a decisão, supostamente também seriam responsáveis pelo filme Dark Horse. Dino registrou que a execução das providências da PF poderia ser prejudicada pelo afastamento de Andrei, pois a medida interferiria na organização da equipe, retardaria o acesso ao material e comprometeria a atuação célere da instituição.

O ministro Flávio Dino afirmou ainda que, se Mendonça considerasse haver direito subjetivo em risco, deveria se dirigir ao presidente do STF ou

repudiando a decisão do afastamento de Andrei Rodrigues e afirmando que eles não vão se intimidar. Todos os 12 diretores da Polícia Federal se solidarizaram com o diretor-geral e colocaram seus cargos à disposição em protesto contra Mendonça. A AGU já anunciou que vai recorrer da decisão.

Não deixa de ser também um alívio para os criminosos e milicianos, de uma maneira geral, porque foi sob a direção de Andrei Rodrigues que foram realizadas as operações Carbo-no Oculto e Compliance Zero, que desbarataram as finanças das organizações criminosas, golpeando-as fortemente. E foi ele também que desvendou o escândalo do INSS, colocando na cadeia os elementos que fraudaram os aposentados brasileiros.

Foi também na gestão Andrei que o assassinato da vereadora Marielle Franco foi elucidado. Ou seja, o que parece mesmo com essa decisão de André Mendonça é que ele está querendo incendiar o STF nas vésperas das eleições e abrir caminho para ingerências estrangeiras nas eleições brasileiras. E um plano golpista em andamento, conforme denunciou a deputada Jandira Feghali, do Rio de Janeiro. Não foi por acaso que o ministro Flávio Dino alertou para esse perigo na última segunda-feira (7).

ao Plenário, “sob pena de grave usurpação das atribuições dos demais Ministros”.

A decisão também menciona o encontro entre André Mendonça e Daniel Vercaro, investigado em autos sob competência do próprio ministro. Dino afirmou que não faz “qualquer juízo de valor antecipado” sobre o que ocorreu na reunião privada, mas classificou a situação como complexa e disse que ela exige “moderação, equilíbrio e prudência” da magistratura.

Outro ponto central da decisão é a suspensão das atividades de inteligência da PF. Dino classificou a medida como inédita e disse que ela prejudicaria procedimentos urgentes sob sua relatoria. Para o ministro, divergências funcionais ou pessoais de Mendonça com a Polícia Federal não poderiam servir de base para uma decisão “em causa própria” capaz de paralisar investigações e trabalhos policiais.

Dino foi além e afirmou que a inteligência policial é atividade essencial ao Sistema Único de Segurança Pública, não podendo ser suspensa por decisão isolada de um magistrado. Ele citou investigações como o assassinato da vereadora Marielle Franco, casos de compra e venda de decisões judiciais, uso ilegal de precatórios no mercado financeiro e participação de magistrados e policiais em organizações criminosas como exemplos de apurações que dependeram ou dependem da atuação da Inteligência da PF.

Segundo o ministro, a decisão de Mendonça poderia impedir o andamento de “quiza centenas de investigações”, inclusive trabalhos e diligências ligados diretamente a processos sob sua relatoria. O ministro afirmou que não seria admissível que investigações urgentes fossem interrompidas por “caos administrativo imposto externamente à Polícia Federal”, com a demissão de todo o corpo diretivo da instituição e a suspensão das atividades de inteligência.

Na avaliação do relator, Andrei Rodrigues, em primeiro exame, apenas cumpriu determinações judiciais do ministro Alexandre de Moraes, formalizadas em decisão pública encaminhada ao presidente do STF. Por isso, Dino afirmou que eventual afastamento não poderia recair, em princípio, sobre agente público que se limitou a cumprir ordem judicial.

Dino determinou ainda o restabelecimento do funcionamento regular da Diretoria de Inteligência Policial, com pleno exercício de suas atribuições legais e administrativas. Ele advertiu que qualquer resistência ao cumprimento da ordem poderá caracterizar ilícito e afirmou que a decisão se submete exclusivamente à autoridade do Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Feminicídios explodem em SP e Tarcísio vende “proteção na palma da mão”

Resultado ocorre enquanto Tarcísio tenta associar sua gestão a uma falsa política de proteção. Enquanto delegacias da mulher seguem fechadas durante a noite

Enquanto o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) usa a tecnologia como vitrine para apresentar sua política de proteção às mulheres, os números oficiais da segurança pública mostram um cenário bem menos cor-de-rosa. São Paulo registrou 141 feminicídios no primeiro semestre de 2026, o maior número para o período desde o início da série histórica, em 2018.

Os registros representam uma alta de 10% em relação aos seis primeiros meses de 2025, quando foram contabilizados 128 casos. Como uma das ocorrências deste ano teve duas mulheres assassinadas, o número de vítimas chegou a 142. Os dados são da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP).

O resultado ocorre enquanto Tarcísio tenta associar sua gestão a uma política de proteção baseada em tecnologia. Em propaganda recente, o governador promove o aplicativo SP Mulher Segura e afirma que, em São Paulo, agressores podem ser monitorados por tornozeleiras eletrônicas e que a polícia é acionada caso eles se aproximem das vítimas.

“Proteger as mulheres é uma prioridade”, diz Tarcísio na peça publicitária, na qual afirma ainda que as mulheres têm a proteção do governo “na palma da mão”. Os números, porém, contam outra parte dessa história.

FEMINICÍDIOS QUASE DOBRARAM EM QUATRO ANOS

O avanço não começou em 2026. Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que São Paulo registrou 136 vítimas de feminicídio em 2021, 195 em 2022, 221 em 2023, 253 em 2024 e 270 em 2025.

Entre 2021 e 2025, o aumento foi de 96,4%, fazendo com que o número de mulheres vítimas de feminicídio praticamente dobrasse no período. São Paulo teve, ainda, o maior crescimento entre os estados do Sudeste na comparação desses anos.

O dado exige uma ressalva: 2021 ainda não corresponde ao governo Tarcísio, que assumiu o Palácio dos Bandeirantes em janeiro de 2023. Ainda assim, a comparação permite dimensionar a evolução do indicador nos últimos anos. Já sob Tarcísio, o número de vítimas passou de 221, em 2023, para 253, em 2024, e chegou a 270 em 2025.

Se considerado apenas o período de 2022 a 2025, portanto, o crescimento foi de 38,5%.

O próprio Fórum Brasileiro de Segurança Pública chama atenção para o cenário paulista.

Prefeito bolsonarista de Cuiabá ameaça exonerar servidores que apoiem Lula

O prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), afirmou que secretários, assessores e outros ocupantes de cargos comissionados da administração municipal poderão ser exonerados caso participem de atos políticos em apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ou ao Partido dos Trabalhadores. A declaração foi feita na sexta-feira (28), durante um evento realizado no Parque das Águas, na capital mato-grossense.

Ao comentar a participação de integrantes do poder público em manifestações políticas, Brunini afirmou que os ocupantes de funções comissionadas exercem cargos de confiança e, por isso, não pretende manter na administração pessoas que manifestem publicamente apoio ao PT. “Se alguém na minha gestão estiver vestindo a camisa vermelha, ou do PT, ou do Lula, não sei o quê, pede pra sair porque é cargo de confiança”, declarou o prefeito.

O prefeito reforçou o posicionamento ao mencionar especificamente secretários, assessores e servidores comissionados. Segundo ele, a participação desses integrantes da administração em atos ou manifestações organizadas pelo PT seria incompatível com a relação de confiança necessária para a permanência nos cargos. “Secretário é cargo de confiança. Assessor comissionado é cargo de confiança. Se tiver na minha

Segundo a entidade, o crescimento dos feminicídios ocorre paralelamente à redução de homicídios de mulheres em contextos de violência urbana, enquanto aumenta a letalidade em ambientes domésticos, familiares e afetivos.

2026 COMEÇA COM NOVO RECORDE

Entre janeiro e junho deste ano, o estado registrou 141 ocorrências de feminicídio, contra 128 no mesmo período de 2025. O aumento foi puxado principalmente pelo interior paulista, onde os casos passaram de 70 para 96 — alta de 37,1%.

Na capital, houve queda: foram 24 feminicídios no primeiro semestre de 2026, ante 31 no mesmo período do ano passado. Na Região Metropolitana, os registros caíram de 27 para 21. O avanço estadual, portanto, está concentrado principalmente no interior.

Mesmo com a alta no acumulado do ano, junho apresentou uma redução. Foram 17 registros no mês, contra 21 em junho de 2025. A queda mensal, entretanto, não foi suficiente para impedir que o primeiro semestre terminasse no maior patamar da série histórica.

A própria SSP reconhece que o combate ao feminicídio exige mais do que ferramentas tecnológicas.

Em nota, a delegada Cristiane Braga, coordenadora das Delegacias de Defesa da Mulher no estado, afirmou que o enfrentamento à violência contra a mulher depende de investigação qualificada, acolhimento humanizado e atuação integrada com toda a rede de proteção.

A declaração expõe um ponto que fica escondido na propaganda oficial: mecanismos como aplicativos, medidas protetivas e tornozeleiras podem ser instrumentos importantes de prevenção, mas precisam estar integrados a uma rede capaz de identificar situações de risco, acolher vítimas e interromper trajetórias de violência antes que elas terminem em morte.

Os dados nacionais ajudam a dimensionar esse caminho. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, para cada feminicídio registrado no Brasil em 2025, foram contabilizados 502 casos de ameaça, 182 agressões físicas e 79 crimes de perseguição contra mulheres.

Em São Paulo, a contradição fica cada vez mais evidente: enquanto o governo apresenta novas ferramentas para dizer que a proteção está “na palma da mão”, 270 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2025 e outras 142 foram mortas em apenas seis meses de 2026.

gestão participando de atos do PT, manifestação do PT, vai sair da minha gestão”, afirmou.

A declaração ocorreu após repercussão envolvendo Maria Fernanda de Figueiredo, secretária de Educação de Várzea Grande, município da região metropolitana de Cuiabá. A gestora apareceu usando um bonê do PT durante um evento político, episódio que foi citado por Brunini ao defender que ocupantes de cargos de confiança não deveriam participar de manifestações públicas em apoio a grupos políticos adversários à administração da qual fazem parte.

Durante sua fala, Brunini também comparou a situação com uma eventual reação do presidente Lula caso integrantes de seu governo demonstrassem apoio público a adversários políticos. “Eu pretendo agir como Lula agiria. Se o Lula ia mandar embora, eu vou mandar embora”, disse.

A fala provocou críticas e repercussão nas redes sociais. A declaração é classificada como uma possível forma de assédio político institucional, ao apontar que o uso da estrutura da administração pública para pressionar trabalhadores em razão de posicionamentos partidários pode levantar questionamentos relacionados à liberdade de expressão e aos princípios que regem a administração pública.



Aumento das mortes foi puxado principalmente pelo interior paulista

Chupetinha falsifica laudo da PF para esconder a sua relação com Vercaro e pode ir em cana

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) pode ser preso ao ser comprovado que falsificou um suposto relatório da Polícia Federal e divulgou o documento fraudulento como se fosse verdadeiro. O arquivo foi publicado pelo próprio parlamentar nas redes sociais em meio à pressão provocada pela divulgação de mensagens e áudios de conversas entre ele e o ex-banqueiro Daniel Vercaro, do Banco Master.

A Polícia Federal afirma que não produziu o documento. O suposto relatório, que apresentava uma conclusão favorável a Nikolas e afastava a existência de indícios de crime nas conversas com Vercaro, apresenta inconsistências em relação aos documentos oficiais da corporação. Verificações também apontaram sinais de uso de inteligência artificial na elaboração do material.

Nikolas tentou usar o arquivo para sustentar sua versão sobre as conversas com Vercaro. Depois da repercussão, afirmou que apenas recebeu o documento e o compartilhou, alegando desconhecer que se tratava de uma falsificação.

Essa versão, no entanto, não encerra a questão. Se a investigação demonstrar que o deputado participou da produção do documento ou que sabia que o material era falso quando o divulgou, ele poderá responder pelos crimes previstos no Código Penal, com possibilidade de pena de prisão.

O artigo 297 do Código Penal prevê reclusão de dois



PF não produziu o documento apresentado por Nikolas

a seis anos e multa para quem falsifica documento público ou altera documento público verdadeiro.

A lei também pune quem utiliza documento falso. O artigo 304 estabelece que quem faz uso de documento falsificado fica sujeito à mesma pena prevista para a falsificação correspondente.

Na prática, portanto, a confirmação de que Nikolas participou da fabricação do suposto laudo da PF pode resultar em uma condenação com pena de prisão. O mesmo pode ocorrer se ficar demonstrado que ele não produziu o documento, mas sabia que era falso e, ainda assim, o apresentou publicamente como um documento oficial.

A investigação terá de apontar quem produziu o arquivo, como ele chegou ao deputado e o que Nikolas sabia sobre sua origem e autenticidade antes de publicá-lo.

O documento atribuído falsamente à Polícia Federal

afirmava que a corporação havia analisado as mensagens trocadas entre Nikolas e Vercaro e concluiu que não havia qualquer indício de crime.

A PF negou a autoria do material. Checagens realizadas pelo Fórum e pelo Aos Fatos identificaram uma série de problemas no arquivo, incluindo inconsistências de datas, transcrições alteradas e referências a páginas e documentos que não correspondem aos registros oficiais da investigação.

Também foram apontados sinais de que o material teria sido produzido com auxílio de inteligência artificial, incluindo uma marca d'água digital relacionada a ferramentas da OpenAI.

Ou seja, o documento que Nikolas publicou para afastar suspeitas sobre sua relação com Vercaro não foi produzido pela Polícia Federal e apresenta sinais de fabricação artificial.



Candidata discursou em SP

Simone convoca mulheres contra Flávio Bolsonaro: “Quem defende o Brasil somos nós”

A candidata ao Senado por São Paulo Simone Tebet (PSB) elevou o tom dos ataques contra o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) durante um ato de campanha realizado no sábado (5), em São José do Rio Preto, no interior paulista.

Em discurso dirigido principalmente às mulheres, Tebet afirmou que o eleitorado feminino tem uma responsabilidade na eleição e pediu mobilização contra os dois candidatos ligados ao bolsonarismo. Segundo ela, São Paulo pode retirar Tarcísio do governo nas urnas.

“A vocês mulheres! Essa é nossa responsabilidade e nós assumimos com amor. Nós assumimos com coragem.”

Na sequência, a candidata criticou a administração de Tarcísio, afirmando que o governador não respeitaria as mulheres nem a educação dos filhos. Tebet também voltou a criticar as privatizações realizadas ou defendidas pelo governo paulista.

Tebet também direcionou parte do discurso ao candidato do PL à Presidência. Ela citou uma declaração recente de Flávio Bolsonaro sobre ter filhas mulheres e afirmou que o senador teria associado a presença das filhas à possibilidade de receber cuidados na velhice.

Ao fazer referência ao episódio, Tebet estabeleceu uma comparação com uma declaração atribuída ao ex-presidente Jair Bolsonaro sobre ter uma filha mulher.

“Nós vamos derrotar Flávio Bolsonaro, porque tal pai, tal filho, o pai acha que é uma fraquejada ter uma mulher. O filho falou recentemente que só teve duas mulheres para poder ser cuidado na velhice.”

A fala ocorreu em um momento em que as campanhas eleitorais têm ampliado a disputa pelo voto feminino, considerado estratégico para a corrida presidencial e para as eleições estaduais.

Ao final do discurso, Simone Tebet adotou um tom ainda mais contundente e afirmou que a disputa eleitoral representa uma “guerra”. “A partir de agora nós estamos em guerra. Guerra contra o fascismo, guerra contra a família Bolsonaro.”

A candidata também relacionou seus adversários à condução do governo federal durante a pandemia de Covid-19, acusando o grupo político de ter sido responsável por milhares de mortes ao se posicionar contra a vacinação.

A declaração ocorre em meio à intensificação da disputa eleitoral de 2026. Flávio Bolsonaro vem mobilizando sua base para atos políticos, enquanto Tarcísio busca a reeleição ao governo de São Paulo. Os dois participaram, nesta segunda-feira (7), de um culto na Igreja Mundial do Poder de Deus, em São Paulo, antes dos atos políticos do 7 de Setembro.

João Campos solicita a investigação da PF sobre cartaz contra Raquel Lyra e site não revela origem

Os responsáveis pelo perfil Bastidor.PE, Rodrigo Santos Ambrósio e Filipe Carls Francisco Villar Jardim, recorreram ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) para não entregar à Polícia Federal informações sobre a origem de uma fotografia de um suposto panfleto com ataques à governadora Raquel Lyra (PSD).

A decisão ocorre após a Justiça Eleitoral determinar que os responsáveis pelo perfil apresentassem à PF o arquivo original da imagem publicada em 30 de agosto. A medida faz parte de uma investigação para descobrir de onde veio a fotografia e se o panfleto mostrado na imagem chegou, de fato, a circular fisicamente.

Segundo informações divulgadas pelo Blog do Nill Júnior, os responsáveis pelo Bastidor.PE não entregaram o material dentro do prazo estabelecido pela Justiça. Entre os dados solicitados estavam o arquivo original da fotografia, metadados, informações sobre data e horário de criação, equipamento utilizado, eventual localização, histórico de alterações e programa usado para editar o arquivo.

A investigação começou depois que o perfil publicou uma imagem de um suposto panfleto com conteúdo ofensivo contra Raquel Lyra. A fotografia passou a circular nas redes sociais e provocou repercussão no cenário eleitoral de Pernambuco.

A principal questão investigada é simples: quem produziu a fotografia e como ela chegou ao Bastidor.PE?

A Justiça Eleitoral determinou que a Polícia Federal apurasse a origem da imagem e verificasse se o material retratado na fotografia realmente existiu como panfleto físico ou se poderia ter sido produzido ou manipulado digitalmente. A decisão também determinou a preservação de informações relacionadas ao portal e às plataformas digitais envolvidas.

A Frente Popular de Pernambuco, ligada à candidatura de João Campos (PSB), havia pedido ao TRE-PE que a origem da fotografia fosse investigada. Entre os questionamentos apresentados estão quem fez a imagem, onde e quando ela foi produzida e de que maneira chegou ao perfil que primeiro a publicou.

Reprodução

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Pablo Valadares



Trabalhadores de aplicativo têm renda menor e baixa proteção previdenciária, aponta IBGE

Pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgada nesta sexta-feira (4) revela que, em 2025, o Brasil tinha cerca de 2 milhões de trabalhadores por aplicativos como Uber, 99 e iFood. Segundo os dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), essas pessoas, exercendo o trabalho nas plataformas como principal ou como segunda atividade, têm jornadas semanais mais extensas do que outros profissionais e contribuem menos para a Previdência via INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), e têm menor renda.

A pesquisa mostra que mais da metade da mão de obra plataformizada atuava no transporte particular de passageiros (1,1 milhão ou 53,9%), seguidos por trabalhadores de aplicativos de entrega de comida e outros produtos (585 mil ou 29,9%), de prestação de serviços gerais (313 mil ou 16%) e de táxi (232 mil ou 11,8%). Uma mesma pessoa pode exercer mais de uma atividade.

Em relação à jornada, os dados mostram que, em média, os profissionais com trabalho principal nos apps tinham jornada de 44,7 horas por semana em 2025. São 5,4 horas a mais do que a média dos demais ocupados no país no setor privado (39,3 horas).

Sobre a cobertura previdenciária do INSS, a pesquisa aponta que, em 2025, a parcela de contribuintes era de apenas 34% entre a mão de obra que usava os aplicativos como trabalho principal, diferente da registrada entre trabalhadores do setor privado não plataformizado, que é de 63%.

Entre os motociclistas de apps, somente 19,4% estavam cobertos pela Previdência em 2025. Entre os não plataformizados, o percentual foi de 37,1%.

Já em relação à renda desses trabalhadores por hora, segundo a pesquisa, ela foi 12% inferior à média dos não plataformizados no setor privado.

O rendimento dos plataformizados com ensino superior completo (R\$ 27,70 por hora) foi 25,3% menor do que o dos profissionais fora dos aplicativos com o mesmo nível de instrução (R\$ 37,10).

De acordo com os dados, essa situação só se inverte entre as pessoas com menor escolaridade. No grupo de trabalhadores sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, a renda média dos que atuam por meio de aplicativos foi 11,5% maior do que a dos não plataformizados (R\$ 12,60 e R\$ 11,30, respectivamente).

Conforme o IBGE, “os aplicativos geram renda para muitas pessoas e oportunidade de novos mercados e redução de custos para empresas, mas, por outro lado, representam um desafio importante no que se refere às condições laborais”.

Bancários conquistam acordo com aumento; greve é aprovada na Caixa

Os trabalhadores de bancos privados de todo o país aprovaram, em assembleias realizadas entre a quinta e sexta-feira (4), a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (ACT).

A proposta, apresentada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e negociada na mesa única pelo comando Nacional dos Bancários, só foi rejeitada pelos funcionários da Caixa, que decidiram pela greve a partir do dia 10, com 90% dos votos.

Um dos principais entraves para a aceitação da proposta pelos bancários da Caixa foi em relação ao Saúde Caixa que, segundo a categoria, além de não resolver o grave problema do déficit, ainda rompeu com princípios históricos do plano, como a solidariedade e o pacto intergeracional, ao prever reajustes que aumentam conforme a idade.

No Banco do Brasil, a maioria das assembleias (60 sindicatos regionais) também rejeitou a proposta e pede a reabertura das negociações.

As propostas aprovadas pelos funcionários dos bancos privados incluem aumento real (INPC +0,6) nos salários e em todas as remunerações, como PLR, vales alimentação e refeição, pisos e auxílios. Entre as cláusulas sociais, foram aprovadas a participação dos sindicatos no Programa de Gerenciamento de Riscos Psicossociais com objetivo de reduzir o adoecimento mental na categoria.

Em relação ao monitoramento digital constam limites à vigilância a partir de ferramentas de monitoramento digital no trabalho, além de direito à desconexão, para garantir aos bancários que seu tempo fora da jornada seja respeitado, por exemplo, não sendo obrigado a atender ou responder mensagens fora do seu horário de trabalho, seja para clientes, seja para gestores, entre outras cláusulas.

A assinatura da renovação da CCT 2026/2028 está marcada para a próxima quarta-feira (9).

Centrais denunciam oposição por manobra contra fim da escala 6x1



Dirigentes das Centrais acompanharam a tramitação da PEC 221/2019 na CCJ



Governo federal anuncia fim da fila de espera em atendimentos do INSS

O governo federal anunciou, na quinta-feira (3), que passou a analisar mais pedidos de benefícios previdenciários e assistenciais por mês do que o número de novos requerimentos apresentados, reduzindo assim a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O anúncio foi feito pelo presidente Lula em cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília. De acordo com informações do presidente Lula e do ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, os pedidos que estavam fora do prazo legal de análise foram zerados.

“É importante que as pessoas saibam que a gente não quer acabar com a fila porque no dia que a gente acabar a fila significa que não tem mais ninguém reivindicando direitos”, explicou o presidente sobre “zerar” a fila do INSS.

O ministério explica que, desde fevereiro até agosto, o número de pedidos de perícia aguardando atendimento foi caindo gradativamente. Em fevereiro, eram 3,12 milhões de pessoas na fila, ao mesmo tempo que 1,17 milhão de pessoas abriram novos pedidos naquele mês. O número de pessoas na fila foi caindo até chegar a 1,547 milhão, em julho. Em agosto, o número de novos

pedidos superou o número de pessoas na fila.

O ministro também informou que o tempo médio para a realização de perícia médica caiu de 70 dias em agosto de 2023 para 17 dias em agosto de 2026, representando redução de 76%.

Segundo o ministro, “quando isso acontece, não temos uma fila. Temos um fluxo de atendimento”. “Sempre haverá pessoas na fila do INSS, pois entram pedidos novos todos os dias. Zerar a fila é quando temos menos gente esperando do que a quantidade de gente que entrou com pedidos no mês anterior”, ressaltou Wolney Queiroz.

Após anos de sucateamento do órgão, ‘zerar’ a fila de espera do INSS, que beneficia milhões de trabalhadores, aposentados, pensionistas e famílias que dependem da Previdência Social para garantir sua sobrevivência, tem sido uma das principais metas do presidente Lula desde que assumiu o governo na atual gestão.

O resultado foi atingido após nomeação de novos servidores por concurso público, agências funcionando com recursos de telemedicina e a adoção de perícia médica documental para acelerar a análise dos

processos e garantir que os segurados tenham seus direitos reconhecidos no menor tempo possível.

O ministério também atribui os números alcançados à adoção de mutirões em fins de semana e pagamento de bônus para servidores com tarefas concluídas acima de suas metas.

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) comemorou a redução anunciada. Segundo a central, o fato “representa uma conquista para quem contribuiu durante toda a vida e precisa ter seus direitos respeitados”.

“A Previdência Social não pode ser tratada como favor ou benefício concedido pelo Estado. Trata-se de um direito construído pela classe trabalhadora ao longo de décadas de luta e contribuição. A demora na concessão de uma aposentadoria, pensão ou benefício pode significar sofrimento, endividamento e insegurança para famílias que dependem desses recursos para sobreviver”, destaca a CTB.

“O resultado demonstra que é possível enfrentar o problema quando há prioridade política, investimento e mobilização da estrutura pública”, assinala a entidade.

Luta permanece aberta e é hora de garantir a votação no plenário, afirmam entidades

Após a primeira vitória dos trabalhadores no Senado, com a aprovação da PEC que prevê o fim da escala 6x1 e redução da jornada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, as centrais sindicais agora pressionam para que o projeto siga para votação no plenário.

O projeto foi aprovado pela CCJ na quarta-feira (2) e já estava pronto para ser analisado pelo plenário, mas não avançou devido, especialmente, à forte pressão contrária da turma do senador Flávio Bolsonaro, que quer impedir a aprovação do projeto do governo do presidente Lula.

“O fim da escala 6x1 é uma necessidade para milhões de trabalhadores brasileiros. Não podemos aceitar que interesses políticos e a obstrução da oposição impeçam o avanço de uma pauta que representa mais qualidade de vida, descanso e tempo para a família”, afirma o presidente da CTB, Adilson Araújo.

A CTB considera que a aprovação da PEC na CCJ foi uma importante vitória dos trabalhadores, mas destaca que “a disputa agora se desloca para o plenário do Senado”, e é preciso “manter a mobilização e ampliar a pressão sobre senadores para garantir a aprovação da proposta”.

Além de denunciar “a manobra de Flávio Bolsonaro e seus aliados para barrar a aprovação da PEC do fim da escala 6x1”, Adilson Araújo também criticou o apoio do candidato à proposta de remuneração por horas trabalhadas com redução e flexibilização dos direitos trabalhistas, e disse que a apresentação dessa proposta, especialmente neste momento, também “tem o objetivo diversionista de tumultuar o debate sobre o fim da escala 6x1 e impedir a sua votação”.

“No momento em que a classe trabalhadora e o movimento sindical procuram intensificar a luta pelo fim da desumana escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, o candidato da extrema direita à presidência da re-

pública, Flávio Bolsonaro, anuncia seu apoio à famigerada PEC dos patrões, que propõe a remuneração por horas trabalhadas e a redução e flexibilização dos direitos trabalhistas”, denunciou.

Comemorando a aprovação da PEC na CCJ, o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, salientou que ela foi fruto da grande mobilização das centrais e dos trabalhadores e ressaltou que, agora, “a luta permanece aberta e é hora de garantir a votação antes das eleições, evitando riscos para o avanço da proposta”.

Miguel Torres defendeu que as centrais mantenham “diálogo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para assegurar o avanço da matéria e sua votação pelos senadores no plenário” e convocou as entidades sindicais e os trabalhadores a manterem “forte mobilização durante essa etapa decisiva da tramitação legislativa”.

O presidente da CUT, Sérgio Nobre, também argumenta que, agora, a hora é de aumentar a pressão, “seja nas ruas, nas redes e/ou na ferramenta Na Pressão, para que os senadores, em plenário, votem e aprovem o fim da escala 6x1 ainda neste mês de setembro”.

Nobre também denunciou que, após aprovação na CCJ, “a proposta só não foi definitivamente aprovada no plenário do Senado devido à manobra de empresários e de parlamentares da direita, principalmente de Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha de Flávio Bolsonaro à presidência”. Nobre salientou ainda que “o próprio Flávio interrompeu a sua campanha eleitoral para ir à Brasília se posicionar contra o fim da escala 6x1”.

“A atitude de Rogério Marinho é um exemplo de como atuam os parlamentares da extrema direita e, por isso, temos que reforçar a pressão e a nossa mobilização”, disse a liderança da CUT.

“Agora, nós precisamos reforçar a mobilização que a gente vem fazendo, e o trabalho de convencimento e pressão sobre os senadores”, destacou Nobre.

TST mantém decisão que suspende demissão em massa nas Casas Bahia

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a suspensão das demissões nas Casas Bahia. Na quarta-feira (2), o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro José Roberto Freire Pimenta, rejeitou o pedido da empresa para derrubar a decisão que determinou o retorno provisório dos trabalhadores atingidos e a retomada de benefícios, como planos de saúde.

Com isso, as demissões coletivas feitas pela Casas Bahia entre 13 e 17 de agosto continuam suspensas e os trabalhadores permanecem provisoriamente nos empregos.

A Casas Bahia entrou com um pedido de recuperação judicial em agosto de 2026 para renegociar uma dívida estimada em R\$ 17,3 bilhões. O plano de reestruturação da empresa envolveu o encerramento de cerca de 298 lojas e a demissão de aproximadamente 3.000 funcionários.

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), “a decisão é especialmente relevante porque robustece a defesa

da CNTC no julgamento do Agravo Interno pendente no TRT-10 e preserva o ambiente de negociação coletiva já instalado”, afirma a entidade que defende os trabalhadores.

“A manutenção da tutela continua sendo fundamental para garantir que o diálogo nacional avance com efetividade e proteção concreta aos trabalhadores”, reforça a CNTC.

Conforme a decisão, também ficou mantida a exigência da participação dos sindicatos antes de novas demissões em massa. Essa participação, no entanto, não dá aos sindicatos o poder de impedir uma demissão. A empresa não precisa obter autorização das entidades para desligar funcionários. O que a decisão exige é que os representantes dos trabalhadores sejam informados e tenham uma oportunidade real de discutir o processo antes dos desligamentos.

A empresa também precisa voltar a pagar os salários futuros e reativar planos de saúde e outros benefícios que tenham sido cancelados.

Roberto Parizotti/Fotos Públicas

CTB

Ricardo Stuckert





Nazistas se regozijam com seus crimes

Gvir apresenta seu plano de expulsão de 2,3 milhões de palestinos da Faixa de Gaza

Nesta semana o presidente do partido “Poder Judaico” (Otzma Yehudit) e Ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben Gvir, anunciou o programa de limpeza étnica com a expulsão de milhões da Faixa de Gaza ao qual chamou pelo nome neutro de “pacote de absorção”.

Para Gvir, os 2,3 milhões de palestinos deveriam aceitar sem resistência a expulsão, aderirem ao programa de “emigração voluntária” e “fazerem as malas”. A opção é seguirem vivendo sob terror de Estado israelense, alvo de mísseis, bombas e fuzis.

Como se não bastasse o genocídio intensificado por Israel desde outubro de 2023, com a política de cerco e aniquilamento à população civil palestina – que já assassinou oficialmente mais de 73.300 e feriu 174.592, a maior parte mulheres e crianças – o “plano” do governo de Benjamin Netanyahu visa remover aceleradamente os residentes da Faixa de Gaza.

“No início, fui tratado como um extremista delirante. Então, um dia, tudo mudou: o presidente Trump declarou publicamente que incentivava a emigração era uma solução para a questão de Gaza. De repente, o plano de Ben Gvir tornou-se legítimo. De repente, todos se tornaram Ben Gvir”, acrescentou o ultra-direitista.

O esvaziamento de Gaza e sua transformação em um esplêndido balneário, “um destino turístico de luxo” já foi efetivamente debatida entre Trump e o primeiro-ministro israelense, mas a repulsa da comunidade internacional os forçou a parar, ainda que momentaneamente, a delirante campanha de mídia.

Agora retorna na estupidez de Gvir em seu esforço para trazer votos ao seu bárbaro “Poder Judaico”.

PLANO HITLERISTA

Em uma conferência de apoiadores antes das próximas eleições gerais, Ben Gvir propôs na quinta-feira (3) o plano hitlerista que espera implementar caso a coligação mantenha o controle do poder nas eleições de 27 de outubro. O “processo” iniciaria com a remoção de 250 mil habitantes de Gaza no primeiro ano, 1,11 milhão em três anos e 1,86 milhão em sete, totalizando a completa e criminoso limpeza étnica dos 2,3 milhões.

“Em vez de ilusões de paz agora, precisamos de ações de emigração agora”, afirmou Bem Gvir. Dentro desta perspectiva expansionista, a criação e a gestão de um “Ministério da Emigração” estarão entre as principais exigências do Otzma Yehudit para integrar o próximo governo.

A limpeza étnica e a transferência de populações palestinas da Cisjordânia e da Faixa de Gaza serão prioridade, reiterou o ultradireitista, frisando que todo aquele que se curvar aos desígnios do governo israelense receberia um “pacote de acolhimento” incluindo “auxílio de viagens, moradia inicial, treinamento profissional, emprego e apoio por até 24 meses”, além de pagamentos aos países anfitriões com base no número de habitantes de Gaza que receberem.

CONFISCO DE TERRAS

A ofensiva política contra a presença palestina não se limita a Gaza. Em setembro, a Anistia Internacional denunciou que, somente em julho, o Exército israelense assinou ao menos 15 ordens de confisco de terras nas áreas A e C próximas a Jenin, no norte da Cisjordânia – a primeira vez, desde os Acordos de Oslo, que ordens de apreensão em Área A (nominalmente sob controle palestino) são usadas abertamente para fins civis em benefício de colonos, e não sob justificativa de segurança.

As terras servem para ligar dois assentamentos planejados, Emek Dotan e Noa, entre os 34 novos empreendimentos aprovados pelo atual governo neste ano. A entidade também associa o movimento ao polêmico plano de assentamentos E1 e a uma declaração recorde de 12,7 km² de terra como “propriedade do Estado”, conforme a organização israelense Peace Now.

Leia matéria íntegra em: www.horadopovo.com.br

Na China energia solar supera a produzida através do carvão

A capacidade instalada de energia solar na China ultrapassou a de energia a carvão pela primeira vez no final de julho, segundo dados divulgados pela Administração Nacional de Energia (NEA).

Entre janeiro e julho a China adicionou 85,65 GW de capacidade fotovoltaica informou a NEA, destacando que a produção de energia solar atingiu um marco, gerando 41,2% da eletricidade do país no primeiro semestre do ano, ultrapassando pela primeira vez a marca de 40%.

Este marco coloca a nação asiática em um novo cenário energético, com 1.286 gigawatts (GW) de energia solar em comparação com 1.285 GW de geração a carvão.

O crescimento da energia renovável foi distribuído por 704 GW de instalações centralizadas e 582 GW de geração distribuída (instalações menores junto aos locais de consumo), implantadas em diferentes regiões do país. Esse progresso reforça a estratégia de transição para um modelo de

geração de eletricidade com a energia solar como pilar central até 2030.

NOVAS FONTES

Em termos de consumo, a energia solar contribuiu com 802,4 bilhões de quilowatts-hora nos primeiros sete meses do ano, um aumento de 15,5% em relação ao ano anterior. Esse volume já representa 13% do consumo total de eletricidade do país, 1,7 ponto percentual acima da média registrada em 2025.

Pequim prevê que fontes não fósseis gerem metade da eletricidade do país até 2030, como parte de uma estratégia que combina energia renovável, energia nuclear e armazenamento para reduzir as emissões de carbono.

Este avanço não foi reconhecido só dentro da China. Organizações internacionais, como o britânico Ember e o Greenpeace, destacaram que o crescimento da energia solar, juntamente com a energia eólica e o armazenamento de energia, está aproximando o país de um ponto de inflexão em seu sistema elétrico.

Arrocho e belicismo engordam a extrema-direita e derrotam Merz



Derrota mostra rejeição à retração da economia e ao belicismo de Merz

Genocídio: Gaza se despede de 100 mártires encontrados sob os escombros

Grande parte dos corpos são de crianças, mulheres e idosos massacrados por bombas de Israel.

Após mais de dois anos sob os escombros de suas casas destruídas durante os primeiros meses do genocídio israelense, os restos mortais de cerca de 100 palestinos foram encontrados e enterrados, neste domingo (6), no bairro de Al-Zaytoun, a sudeste da Cidade de Gaza, dando às suas famílias a oportunidade de finalmente prestar-lhes uma última homenagem.

A cerimônia fúnebre ocorreu no Cemitério dos Mártires, próximo ao Hospital Al-Ahli Al-Arabi, após os corpos terem sido recuperados de diversas casas destruídas pertencentes a conhecidas famílias como Al-Balaawi, Al-Rahim, Malaka e Salmi, assinala a agência palestina Wafa.

A maioria das vítimas eram mulheres e crianças.

O cortejo fúnebre partiu da Mesquita Imam Al-Shafii, onde centenas de familiares e moradores locais se reuniram para uma última despedida. Os corpos, envoltos em lençóis com a bandeira palestina, foram então transportados para o cemitério, onde foram sepultados em valas comuns.

Para as famílias, esses reencontros com seus entes queridos representaram tanto um alívio quanto a reabertura de uma dor profunda. Por mais de dois anos, alguns viveram na expectativa de poder recuperar



Familiares e amigos acompanham o enterro coletivo dos corpos de seus familiares que permaneceram soterrados sob as casas destruídas.

SOTERRADOS

Esses não são apenas números. Olhem eles: homens, mulheres, crianças e idosos”, testemunhou um parente das vítimas, lembrando que por trás de cada corpo havia uma família e uma história de vida, de trabalho.

Equipes locais da Defesa Civil, em cooperação com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), recuperaram os corpos após a disponibilização de maquinário pesado, incluindo escavadeiras, caminhões, tratores e equipamentos de remoção de entulhos, para limpar os restos de casas que desabaram sobre seus moradores durante os bombardeios criminosos de Netanyahu contra a civis na Faixa de Gaza.

Essas operações, no entanto, continuam a enfrentar dificuldades significativas devido à falta de equipamentos e ao acesso limitado às máquinas necessárias para remover os escombros e alcançar as vítimas que ainda estão soterradas.

De acordo com as equipes responsáveis pelas operações de recuperação, a segunda fase do projeto abrange mais 147 casas destruídas na Cidade de Gaza, bem como no norte e centro da Faixa de Gaza, onde acredita-se que mais de mil corpos ainda estejam soterrados sob os escombros.

Fontes médicas indicaram neste domingo que o número de mortos na ofensiva israelense contra a região desde 7 de outubro de 2023 chegou a 73.651, com 174.592 feridos.

Embora o número de mortos chegue às dezenas de milhares, a cena em Al-Zaytoun serviu como um lembrete de que por trás de cada número existem famílias que continuam a procurar seus entes queridos desaparecidos, às vezes anos após a morte deles.

Ponte rodoviária que conecta Rússia à Coreia Socialista é inaugurada

A Coreia Socialista e a Rússia inauguraram sua primeira ponte rodoviária sobre o rio Tumen, mais um passo em seus crescentes laços estratégicos e um novo marco na cooperação e na infraestrutura de transporte entre os dois governos.

A Rússia e a Coreia Socialista inauguraram a primeira ponte rodoviária na fronteira ligando os dois países. A ponte se estende 1 km sobre o rio Tumen e é inaugurada em meio à aproximação entre os dois países durante a guerra na Ucrânia e sanções do ocidente.

Em 2024 o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e o líder coreano, Kim Jong Un, durante a cúpula de 2024 em Pyongyang, assinaram um acordo formal para a construção da ponte.

Foi feita uma cerimônia de abertura da ponte, o primeiro-ministro russo, Mikhail Mishustin, e sua contraparte coreana, o premiê Pak Thae Song, presidiram o evento por videoconferência marcando a inauguração oficial do primeiro tráfego na ponte, nomeada de Yakov Novichenko, um



Veículos da Rússia e Coreia Socialista atravessam a ponte

oficial da União Soviética que sacrificou sua vida para salvar o primeiro líder da Coreia Socialista, Kim Il Sung, quando Yakov protegeu Kim e a outras pessoas ao interceptar uma granada lançada.

“O lançamento da primeira rota rodoviária fortalecerá ainda mais a ligação entre nossos países amigos”, disse o primeiro ministro russo.

A nova ponte é uma importante rota comercial entre a Rússia e a Coreia Socialista e apoio logístico para as forças russas na guerra na Ucrânia.

O primeiro-ministro russo também elogiou a parceria

bilateral que chegou a um “nível sem precedentes”, que a inauguração da ponte é “um evento verdadeiramente histórico” e disse que “dará um forte impulso ao desenvolvimento da cooperação comercial, econômica, científica, tecnológica e cultural” entre os dois países.

Em um vídeo divulgado pelo governo da Rússia, caminhões adornados com bandeira atravessam a ponte sob aplausos. De acordo com a agência de notícias russa, Interfax, a ponte foi projetada para o tráfego de 300 veículos e 2.300 pessoas por dia.

Com submissão, neoliberalismo, arrocho e rearmamento: premiê alemão neto de nazista é recordista histórico de reprovação, com 85%

Recordista absoluto em reprovação, na Alemanha do pós-guerra, com 85% [oitenta e cinco por cento] contra, o primeiro-ministro Friedrich Merz foi o grande derrotado nas eleições deste domingo (6) no estado de Saxônia-Anhalt (que era parte da Alemanha Oriental), em que o partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD) pela primeira vez ficou em condição de pleitear o governo estadual.

Enquanto a AfD alcançou 43,8% dos votos (+23) em relação à eleição de 2021, a CDU (a direita democrata-cristã) ficou com apenas 17,6%, perdendo 19,9 pontos percentuais – e foi isso que decidiu a eleição.

Em suma, mais da metade dos eleitores da CDU se manifestaram contra Merz, votando na AfD. A Saxônia-Anhalt é um pequeno estado alemão com 2,1 milhões de habitantes e quase a área de Sergipe.

Seus parceiros de coalizão, os social-democratas (SPD), obtiveram 9,3% e até cresceram quase 1,0 ponto percentual. Os verdes, que andam de mala e cuia com os social-democratas, cresceram 3 pontos percentuais, para 8,9%.

O partido A Esquerda reduziu sua votação para 8,2% (-2,4) mas, em compensação, os progressistas anti-OTAN da BSW, liderados por Sahra Wagenknecht, conseguiram ultrapassar a barreira eleitoral, com 5,3%.

Os liberais do FDP não alcançaram a cláusula de barreira, ficando fora do parlamento estadual com 2,6% (3,8 pontos percentuais a menos). A participação na eleição chegou a 78%.

Na Alemanha, o voto é distrital misto, e cada eleitor tem dois votos, o primeiro, nominal, e o segundo, na lista do partido. No domingo, a AfD ganhou quase todos esses primeiros votos.

NETO DE NAZISTA

Apesar do estardalhaço feito pelo AfD, em prol do “nossa hora chegou” e delírios como a “remigração”, papagueando Trump, o que afinge a Alemanha é o curso em que o país foi jogado, desde a submissão de Olaf Scholz ao governo Biden, com o atentado ao gasoduto Nord Stream, implosão da indústria alemã sem o gás russo barato e aposta total na guerra da OTAN contra a Rússia na Ucrânia, até a ascensão de Merz, ex-CEO na Alemanha da gigante americana da especulação, a BlackRock, e que é neto de nazista, neoliberal de carteirinha e belicista.

Pouco depois de tomar posse em 2025, Merz afirmou que o país “não podia mais bancar o Estado de Bem Estar Social” e logo em seguida prometeu rearmar a Alemanha para torná-la “novamente” (sic) a maior potência militar europeia, em meio aos chamados quase diários para a “guerra contra a Rússia”.

“Não vou me deixar irritar por palavras como desmonte social e devastação”, declarou então Merz durante um evento da CDU. “O Estado de bem-estar social, da forma como o temos hoje, já não é mais financeiramente viável com o que conseguimos produzir economicamente.”

Isso com a economia estagnada há cinco anos e a indústria pagando de quatro a cinco vezes mais caro pelo gás americano importado e que só nos últimos 12 meses perdeu 144 mil empregos industriais.

Mais que qualquer retórica da AfD, o que moveu a enxurrada de votos foram os cortes aprovados em julho da previdência social e do equivalente alemão ao bolsa família para bancar o rearmamento – e a conclamação “nach osten”, “para leste”, contra os russos, como a história já viu duas vezes.

Em discurso ano passado, o premiê alemão reclamou do ‘Bolsa Família’ alemão, que assegurava uma renda mínima a desempregados, alegando que as pessoas estariam deixando de trabalhar por causa disso. “Não dá para continuar assim: 5,6 milhões de beneficiários”, disse. “O que está acontecendo nesses sistemas?”

“A censura é contra nós: nós fazemos ofertas que um ou outro olha e diz: ‘Eu seria estúpido se não aceitasse’”, afirmou, prometendo que seu governo mudaria isso, para que “voltar ao mercado de trabalho regular valha a pena”.

Além disso, nos últimos dias, em nova provocação contra a Rússia, o governo Merz acusou-a pelo suposto atentado no aeroporto de Leipzig com drones com explosivos (que não explodiram). O que Moscou denunciou como uma operação de bandeira trocada, um “incêndio do Reichstag” dos tempos modernos, como o encenado em 1933 para culpar os comunistas e preparar a guerra.

Ainda, três dias antes da eleição, foi confirmado o corte de 50.000 empregos na Volkswagen em empresa.

MERZ SOB PRESSÃO

O próprio Merz admitiu que foi a “derrota eleitoral mais grave” da CDU em décadas e que “minha pessoa também foi um tema constante nesta campanha eleitoral”.

Situação descrita pela Der Spiegel, a principal revista alemã: “A pressão sobre Merz, que já era extremamente impopular, aumentou drasticamente após a derrota devastadora. O ressentimento contra o líder está crescendo dentro do partido; quase ninguém acredita que ele possa reconquistar a confiança do povo e derrubar a AfD.”

Acrescenta a publicação que “o parceiro de coalizão, o SPD, está se distanciando do rumo reformista” – isto é, está achando que a insistência na pilhagem dos direitos dos trabalhadores e dos menos favorecidos não vai emplacar.

Aliás, a Der Spiegel tentou dar uma força a Merz, publicando uma capa com o principal candidato da AfD, um ex-vendedor de perfumes, negacionista e blogueiro, Ulrich Siegmund, a quem qualificou como “o homem mais perigoso da Alemanha”, mas parece que saiu pela culatra.

O sinuoso Siegmund aproveitou para sair autografando a revista em seus comícios, e ainda zombando da publicidade gratuita.

Tentando nublar o fato de que foi sua política que empurrou parte do eleitorado para a extrema-direita, Merz culpou os “60% dos eleitores” por supostamente elegerem partidos políticos que “questionam fundamentalmente as instituições e regras democráticas do nosso país”, juntando no mesmo saco o partido A Esquerda, a BSW e a AfD, acrescentando enigmáticamente que então “não se pode simplesmente voltar ao normal”.

O “normal”, segundo Merz, é que o fim do Estado de Bem Estar Social e o rearmamento da Alemanha são intocáveis e “ninguém deve duvidar de sua determinação” em prosseguir com o curso dessas “reformas fundamentais”.

Para ele, os índices de aprovação “excepcionalmente baixos” das políticas de seu governo são principalmente “um problema de comunicação”.

Estaria faltando emoção na hora de mentir: é crucial, insistiu, não apenas justificar o rumo das reformas “racionalmente”, mas também “comunicá-lo emocionalmente”.

Merz também prometeu não “ceder um milímetro” em sua “convicção fundamental de que devemos defender nossa liberdade, especialmente agora, contra a Rússia”. Ele também identificou um problema de comunicação aí: “Provavelmente terei que explicar isso de forma muito mais extensa e detalhada.”

Resumo da ópera: Merz não se dispõe a mudar um milímetro dessa trajetória que enche a AfD de votos, seja no arrocho aos direitos ou na marcha batida para a guerra diretamente com a Rússia, depois de cinco anos apoiando o governo neonazi de Kiev com dinheiro e armas.

“Em tempos de crescente risco de guerra, a presença de um partido pacifista consistente no parlamento estadual da Saxônia-Anhalt é um sinal importante”, registrou, pela plataforma X, Sahra Wagenknecht, fundadora do partido BSW, parabenizando seus companheiros de partido por sua entrada no parlamento estadual.

A mensagem chama ainda a trabalhar no parlamento estadual pela mudança de rumo na política energética, fim das sanções contra a Rússia, melhorias na educação e uma reforma fundamental da radiodifusão pública. “O retorno do BSW começou!”

Enquanto a AfD está a três cadeiras de conseguir formar um governo por conta própria. A CDU, os Verdes, o SPD e o Partido de Esquerda, juntos, também estão a três assentos da maioria.

Leia matéria íntegra em: www.horadopovo.com.br

“México não é colônia de ninguém”, diz Claudia em resposta a mapa com seu país como Estado dos EUA

“Neste mês de orgulho nacional, reafirmamos que o México não é e não será colônia ou protetorado de nenhum país estrangeiro. Somos, com orgulho, uma nação livre, independente e soberana”, afirmou a presidente mexicana Claudia Sheinbaum.

Ela respondeu ao inquilino da Casa Branca, Donald Trump, que difundiu um mapa dos Estados Unidos no qual o país norte-americano se estende além de suas fronteiras atuais e internacionalmente reconhecidas, até territórios de diversas nações da América Latina, Caribe, Canadá e Europa, incluindo o México.

No mês de setembro acontecem no México as Fiestas Patrias (Feriados Nacionais), celebrações que comemoram eventos fundamentais na luta pela independência do país ocorridos neste mês, o que elevou a indignação do governo e dos cidadãos mexicanos por conta da ingerência descabida de Trump.

Não é a primeira vez que Trump publica mapas indicando que Washington pretende anexar territórios soberanos. Ele já fez isso com o Canadá e a Venezuela — que ele se referiu em diversas ocasiões como o “51º estado” — e com a Groenlândia, território dinamarquês autônomo, mas também com o Estreito de Ormuz, cuja posse ele reivindica sem qualquer respaldo para seu país e sobre o qual ele insinuou a possibilidade de renomeá-lo como “Estreito de Trump”.

No domingo (06), o republicano publicou uma imagem em que o mapa do Irã foi redesenhado com as fronteiras no formato de seu rosto. Em maio, já havia compartilhado outro mapa do Oriente Médio no qual o território iraniano aparecia coberto pela bandeira dos Estados Unidos, acompanhado da expressão “Estados Unidos do Oriente Médio?”. Também no domingo, Trump sugeriu mudar o nome do Estado norte-americano do Novo México para “Nova América”.

No caso de Cuba, a maior das Antilhas, o magnata adotou uma estratégia agressiva e criminosa para sufocar a população da ilha, que inclui a intensificação do bloqueio econômico e, desde o início deste ano, um cerco para impedir a chegada de combustível ao país, o que gerou uma ampla solidariedade internacional aos cubanos.

Além disso, o Lago Ontário, cuja soberania compartilha com o Canadá, foi renomeado para “Lago América” após uma disputa comercial com o Canadá. Neste caso, os serviços do Google e da Apple adotaram o nome decretado por Trump, ao contrário do que aconteceu com o Golfo do México, que continua a aparecer com esse nome em mapas oficiais



Mapa da fixação anexacionista de Trump

Aplicativo MapQuest viraliza nos EUA por resistir à ordem de Trump de ‘renomear’ o Lago Ontário

O MapQuest, que existe desde 1996, se tornou o aplicativo gratuito mais baixado nos EUA nesta semana, superando o ChatGPT, após ter se recusado a se sujeitar à encenação do presidente Trump e seu decreto “mudando” o nome do Lago Ontário para “Lago América” – ao contrário do Google Maps e da Apple Maps –, registrou o Huffpost.

“Não vamos mudar isso”, declarou o aplicativo de mapas nas redes sociais, junto com uma imagem nomeando o Lago como Ontário.

A MapQuest afirmou em um comunicado à imprensa que sua posição número 1 nos aplicativos de navegação foi a posição mais alta nos 30 anos de história da marca: “Centenas de milhares de pessoas baixaram os aplicativos MapQuest desde quinta-feira, e o uso está cerca de 50 vezes maior que o normal.”

O Lago Ontário fica na fronteira entre o Canadá e os EUA, fazendo divisa ao norte e oeste com a província canadense de Ontário,

e ao sul e leste com o estado americano de Nova Iorque.

“Bem-vindo à resistência... MapQuest”, escreveu um usuário de redes sociais, enquanto outro escreveu: “Acabei de baixar o MapQuest. Até logo, Google Maps.”

Poucos dias após renomear o lago canadense, Trump também garantiu estar mudando o nome Estreito de Ormuz para “Estreito Trump” – combinaram com a Guarda Revolucionária Islâmica?, questionou um gaiato.

A atitude do MapQuest chama ainda mais a atenção, diante da presteza – e ridículo – com que a Google Maps e a Apple Maps fizeram genuflexão perante o atual inquilino da Casa Branca.

Em um post de blog em agosto, o Google disse que atualizou o nome para “Lake America” para usuários do aplicativo nos EUA mas manteria o nome “Lake Ontario” para usuários canadenses, para refletir mudanças de nome em fontes oficiais do governo para os EUA.

Leia mais no site

HP

Porta-aviões e destróier dos EUA fogem de Ormuz sob ataque do Irã



Teerã informou que as duas embarcações de guerra dos EUA saíram danificadas

Às vésperas das eleições, Trump insiste em cassar o voto de milhões de americanos

No domingo (6), o governo Trump voltou a pedir à Suprema Corte dos Estados Unidos a permissão para impor novas restrições ao voto por correio nas eleições de 3 de novembro.

As restrições visam suprimir o voto de 48 milhões de norte-americanos, a maioria trabalhadores e votantes do Partido Democrata.

A juíza federal Indira Talwani havia bloqueado a medida, uma fraude descarada, argumentando que a implementação dessas mudanças a menos de 70 dias da eleição poderia gerar confusão e privar milhões de cidadãos do direito ao voto.

De maneira geral, na maioria dos países as eleições ocorrem em um domingo. Já nos Estados Unidos as eleições federais são sempre realizadas durante a semana, mas não em qualquer dia: é sempre na primeira terça-feira depois da primeira segunda-feira de novembro, dia que não é feriado.

Nestas condições a opção de voto pelo correio é a que permite a expressão da vontade de trabalhadores ocupados no dia da votação.

Trump defende há anos restrições ao voto por correspondência, em meio a falsas alegações de que sua derrota na eleição presidencial de 2020 foi resultado de uma fraude eleitoral generalizada.

A juíza da Suprema Corte Ketanji Brown Jackson estabeleceu até quarta-feira (9) o prazo para que sejam apresentadas respostas ao pedido do governo Trump.

VOTO POR CORREIO

Hoje todos os Estados dos EUA permitem alguma forma de votação por correspondência. Vinte e nove deles autorizam os eleitores a solicitar uma cédula pelo correio sem precisar apresentar um motivo, enquanto oito realizam eleições inteiramente por correspondência.

A medida que prevê que o Serviço Postal passe a criar lis-



Em baixa nas pesquisas, Trump tenta restringir eleitorado

tas de cidadãos, organizadas por Estado, para auxiliar na definição de quem tem direito a votar é absurda às vésperas das eleições e questionada enquanto alguns Estados já começaram a enviar cédulas eleitorais pelo correio para as eleições de meio de mandato.

A Carolina do Norte se tornou na sexta-feira (4) o primeiro Estado a enviar cédulas pelo correio para as eleições de novembro.

O procurador-geral dos Estados Unidos, John Sauer, que representa o governo Trump, pediu que a regra entre em vigor imediatamente. Segundo ele, a manutenção da suspensão pode gerar “confusão e caos” à medida que mais Estados já enviam cédulas pelo correio.

O governo já havia apresentado um pedido de emergência à Suprema Corte para derrubar a decisão provisória da juíza Talwani.

Antes que a Corte se pronunciasse sobre o caso, no entanto, Talwani prorrogou a decisão na sexta-feira, o que levou o governo a apresentar uma nova petição neste domingo.

Autoridades eleitorais e outros especialistas em votação pelo correio disseram em documentos apresentados aos tribunais que, mesmo que os Estados consigam encontrar os milhões de dólares que estimam que a adequação às regras custaria, não há uma maneira prática de cumprir, a tempo, os planos do Serviço Postal dos EUA, assinalou a CNN.

O governo descreveu as novas regras postais como uma mudança “modesta” para os Estados. Mas, se os estados ou autoridades locais não cumprirem os requisitos para os programas de votação pelo correio, a Comissão de Assistência Eleitoral dos EUA não entregará suas cédulas — o que pode provocar uma privação em massa do direito de voto.

Fornecedores disseram às autoridades eleitorais que não há tempo suficiente para imprimir os milhões de envelopes que precisariam ser redesenhados de acordo com a regra. Segundo documentos judiciais, é possível até que não haja quantidade suficiente de papel disponível para isso.

Leia mais no site do HP

ONU aprova novo mapa-múndi que corrige distorções contra a África e América Latina

A Assembleia Geral da ONU aprovou na sexta-feira (4), por 164 votos a favor, um contra e seis abstenções, uma resolução para deixar de usar oficialmente o mapa-múndi de Mercator — que data de 1569 — e substituí-lo por outro mais fiel ao tamanho real dos continentes, especialmente da África, acabando assim com as distorções históricas nos mapas globais.

Com o apoio esmagador de 164 votos a favor, seis abstenções (Estônia, Geórgia, Lituânia, Moldávia, Sérvia e Ucrânia) e apenas um voto contra, o dos Estados Unidos, o organismo internacional aprovou a medida liderada pela delegação do Togo em nome do grupo africano e com o apoio da União Africana (UA) adotando o mapa Terra Igual (Equal Earth), no momento em que o ocupante da Casa Branca, Donald Trump, promoveu decretos para renomear territórios emblemáticos em várias partes do globo.

O novo modelo corrige distorções do mapa de Mercator, que amplia as regiões mais próximas aos polos e reduz visualmente continentes como

a África e América Latina. Por exemplo, na projeção atual, a Groenlândia parece ter tamanho semelhante ao da África; no entanto, o continente africano é cerca de 14 vezes maior que o território que fica no norte do continente americano.

O texto da resolução argumenta que as distorções no mapa atual levaram a que a África fosse submetida a uma “minimização simbólica” no imaginário coletivo.

Além disso, observa “com preocupação que essa distorção contribui para minimizar a dimensão percebida da África, da América Latina e do Sul da Ásia, e perpetua uma visão desequilibrada do mundo”.

“VERDADE CIENTÍFICA”

A resolução defende o modelo “Terra Igual”, adotado pela União Africana, que procura representar as dimensões dos continentes com maior precisão. O texto recomenda a sua adoção por governos e organizações internacionais.

Para o ministro das Re-

lações Exteriores de Togo, Robert Dussey, a medida representa uma defesa da “verdade científica”. “Não se trata apenas de corrigir um mapa, mas de corrigir a percepção. Um mundo justo começa com um mapa justo”, afirmou antes da votação.

Segundo a resolução, mapas “moldam a percepção do mundo e o imaginário coletivo dos povos” e suas distorções podem reproduzir “vieses históricos”.

Anteriormente, Moky Makura, diretor executivo da África No Filter, uma das entidades que lideram a iniciativa, utilizou palavras igualmente contundentes em sua argumentação: “O tamanho atual do mapa da África está errado”, salientou, afirmando que a projeção de Mercator representa a “mais longa campanha de desinformação do mundo” e que “simplesmente precisa acabar”.

EUA, único país que rejeitou a resolução, hipocritamente argumentou que ela promovia uma “agenda ideológica”...

Leia íntegra no site do HP

“Agressores norte-americanos hostilizavam embarcações iranianas e participavam do bloqueio naval à nação persa”, afirmou a Guarda Revolucionária

A força aeroespacial do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (CGRI) anunciou neste sábado (5) ter atacado “com vários mísseis balísticos um porta-aviões e um contratorpedeiro dos agressores norte-americanos que hostilizavam embarcações iranianas e participavam do bloqueio naval ao país”.

Conforme o governo de Teerã, a investida realizada por sua Força Aeroespacial no Estreito de Ormuz deixou as duas embarcações danificadas, o que as forçou a abandonar a zona de conflito.

A confirmação da operação pelo Comando Central dos Estados Unidos (Centcom), destaca a CGRI, representa uma “prova contundente da derrota estratégica” da política belicista de Donald Trump diante do poder ofensivo iraniano.

“Se as ações hostis e agressivas persistirem, o regime norte-americano deve esperar uma resposta contundente das Forças Armadas da República Islâmica do Irã. Permanecemos mais fortes do que nunca. A vitória pertence à nação resiliente do Irã islâmico, e a derrota e o arrependimento são o destino certo dos agressores”, enfatiza o comunicado da CGRI.

Anteriormente, a Guarda Revolucionária divulgou imagens “sem precedentes” de covardes investidas dos EUA contra três petroleiros iranianos, em completa violação às normas de navegação do Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de 20% de todo o petróleo e gás natural liquefeito (GNL) consumidos no planeta.

As forças iranianas afirmaram estar monitorando e interceptando essas “embarcações infratoras” e advertiram que qualquer “atividade suspeita” será alvo de retaliação. Nesse contexto, também disseram que a proteção e a escolha oferecidas pela Casa Branca aos navios na região “são uma

grande mentira” diante do poder persa.

O analista político e ex-militar dos EUA, David Pine, registrou no X que o país persa tem conseguido avançar na sua capacidade defensiva. “Determinou-se que o Irã não disparou mísseis balísticos antinavio de curto alcance contra o USS George Washington e seu contratorpedeiro de escolta, mas sim utilizou mísseis balísticos antinavio hipersônicos de alcance intermediário Qassem Basir (conhecidos como ‘assassinos de navios’), capazes de atingir velocidades entre Mach 5 e 8”, disse.

“MÍSSEIS HIPERSÔNICOS”

Segundo Pine, “esta é a primeira vez na história dos Estados Unidos que um adversário com capacidades semelhantes dispara um míssil hipersônico contra um navio de guerra americano”. A Marinha dos EUA, lembrou, dispõe de poucas defesas contra mísseis hipersônicos para continuar “essa guerra de agressão ilegal, inconstitucional e imperialista”, o que torna esses mísseis iranianos uma ameaça mortal para os porta-aviões americanos e suas escoltas. Na sua avaliação, o curso dos acontecimentos deixa muito claro que o país persa não irá ceder.

Em declaração à Al Jazeera, o renomado analista austríaco de segurança, política e defesa, Wolfgang Pusztaí apontou que “os iranianos não atacaram apenas dois navios comuns; atacaram um contratorpedeiro de mísseis guiados e, o que é mais importante, um porta-aviões, que é a espinha dorsal da operação americana contra o Irã”.

De acordo com o especialista, se os ataques tivessem sido plenamente concluídos, “não há dúvida de que teriam ocorrido debates sérios em Washington sobre como continuar a guerra e, fundamentalmente, se ela deveria continuar”. “Trata-se de um acontecimento muito importante que convida à reflexão”, acrescentou Pusztaí.

Rússia denuncia Noruega por pirataria após apreensão do navio científico Prof. Molchanov

A apreensão do navio de pesquisa russo Professor Molchanov no porto de Barentsburg, no arquipélago norueguês de Svalbard, gerou forte reação do governo russo e reabriu alertas sobre retaliações navais por parte de Moscou. A embarcação foi retida na última quarta-feira (2) por determinação do Tribunal Distrital de Nord-Troms.

A medida judicial atende a um pedido da empresa estatal ucraniana de energia Naftogaz, que busca compensação financeira por ativos expropriados na Crimeia após a anexação da península pela Rússia, em 2014. De acordo com as autoridades locais, a ordem de apreensão — datada de 31 de agosto — proíbe o navio de deixar seu ponto de amarração até nova deliberação do tribunal ou do governador de Svalbard, Lars Fause.

A porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, classificou a ação das autoridades norueguesas como um ato de “pirataria e ilegalidade”. Em declaração oficial, Zakharova afirmou que governos europeus abandonaram justificativas institucionais para reali-

zar confiscos diretos.

“Se antes disfarçavam com narrativas relacionadas aos direitos humanos e à democracia, agora nem se dão ao trabalho de dar explicações: simplesmente apreendem os navios, confiscam a carga e nem sequer detêm mais as tripulações, mas as sequestram diretamente, declarou a porta-voz.

A retenção do navio ocorre em meio a avisos do presidente russo, Vladimir Putin, que já havia sinalizado que tentativas ocidentais de interceptar embarcações russas teriam respostas “simétricas”. Segundo o líder russo, eventuais contra-ataques não ocorrerão obrigatoriamente na mesma região das apreensões. Moscou indicou que pode mobilizar recursos navais em áreas estratégicas, como a zona de atuação da Frota do Pacífico, onde há forte presença de interesses econômicos europeus.

Operado pelo serviço estatal meteorológico Rosgidromet, o Professor Molchanov é um navio dedicado a pesquisas polares e oceanográficas, utilizado com frequência em rotas para o arquipélago de Svalbard. A embarcação leva o nome de Pavel Molchanov, meteorologista russo célebre pela invenção da primeira radiossonda.

Pequena crônica sobre a Revolução da Independência



(...) É significativo (aliás, é decisivo) que o gatilho para o Sete de Setembro tenha sido a tentativa portuguesa, após a Revolução do Porto, em 1820, de recolonizar o Brasil, ou seja, de restabelecer o monopólio comercial sobre o Brasil

CARLOS LOPES

O que se chama – ou pode-mos chamar – de Revolução da Independência é um período relativamente longo que se estende desde o fim do século XVIII (Inconfidência Mineira, de 1789; Conjuração Baiana, de 1798) até a Maioridade, ou seja, até o fim da Regência, em 1840, e até as “eleições do cacete” – através das quais os liberais tentaram, absolutamente sem sucesso, impor sua hegemonia **política** ao Império recém exumado – com uma possível extensão até a Revolução Praieira, já no Segundo Reinado, em 1848.

Já escrevemos e publicamos bastante sobre os acontecimentos, protagonistas e personagens desse período, em especial sobre aquela fase que culmina na Sete de Setembro (v., em especial, a nossa série **Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil**).

Hoje, neste texto, dedicaremos o foco a outro tipo de abordagem – embora, uma e outra se complementem, sem se contradizer.

Por exemplo: por que o Brasil, dos países da América do Sul, foi o único que empreendeu a sua Independência sob a forma monárquica? Ou, dito de outra forma: por que o Estado que saiu da ruptura com a metrópole lusitana foi uma monarquia, um Império – e não, como nos países da ex-América Espanhola, uma república?

A resposta é que a Independência se deu sob a direção da classe dominante colonial, composta de senhores de escravos e de terras. A monarquia foi o modo dessa classe preservar os seus privilégios – em especial, o escravagismo, a propriedade sobre os africanos arrancados de seu continente original e de seus descendentes, mas também o latifúndio, isto é, a grande propriedade territorial.

A monarquia – inclusive com a manutenção da dinastia lusitana dos Bragança no trono brasileiro – era uma condição, talvez a principal, para que a classe senhorial apoiasse a Independência naquele momento. A rigor, a monarquia representava o próprio poder da classe senhorial sobre o país – e sobre as demais classes do país.

Não vai, nesta constatação, nenhuma subestimação do nosso processo de Independência. Pelo contrário, a participação, e mesmo a direção dos senhores de terras e escravos, foi o que permitiu a edificação de um país independente – até onde se pode usar esta última palavra – e a própria participação, bem sucedida, do povo na luta pela Independência.

Tanto isso é verdade que revoltas com base **principalmente** nas camadas médias e populares (a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Revolução Pernambucana de 1817, por exemplo) fracassaram ao não encontrar apoio dos senhores da classe dominante. Mesmo a Revolução Pernambucana, que renunciou ao ideário abolicionista na tentativa de cooptar os senhores, não conseguiu o seu intento.

A classe dominante colonial teve origem em um prolongamento da própria classe dominante metropolitana, isto é, lusitana e pré-capitalista. O problema desta última, nos dois primeiros séculos após a Descoberta, era como colonizar o Brasil, país imensamente maior que Portugal. Isso foi feito, como alguns dizem, por “transplantação”: com exceção dos indígenas, que já estavam aqui, os brancos e negros vieram de fora, uns seqüiosos por riqueza, outros aprisionados, debaixo da chibata, humilhados e ofendidos.

Apesar da mestiçagem ou miscigenação – signo sob o qual, como observou Caio Prado Júnior, ocorreu a colonização – foram as populações subordinadas, indígenas, negras ou pobres, ainda que brancas, que construíram o país. É um insulto à nossa história que os conflitos entre indígenas e colonizadores ou entre negros e senhores sejam tão ignorados pela historiografia (v. Caio Prado Júnior, **Formação do Brasil**

Contemporâneo (Colônia); v., também, Clóvis Moura, **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**).

Mas, voltemos à formação da classe dominante colonial: sua base econômica inicial era o monopólio comercial do açúcar – o produto que criou o mercado internacional. Antes do açúcar, não havia comércio mundial, apesar dos carregamentos de especiarias de que Vasco da Gama e outros navegadores se abasteciam no Oriente. O monopólio brasileiro do açúcar criou este mercado.

Após a guerra com os holandeses – e sua expulsão de Pernambuco, nossa província açucareira por excelência, em 1654 – esse monopólio foi quebrado pela produção antilhana, sobretudo a das Antilhas Holandesas, o que seria agravado com o correr dos anos, sobretudo com a produção de açúcar de beterraba, já durante as guerras napoleônicas.

A crise açucareira que se seguiu, após a expulsão dos holandeses, somente foi amenizada pela descoberta de ouro em Minas Gerais. É nesse momento que o poder português passa a interferir mais diretamente na colônia – daí todas as reclamações em relação à “derrama”, que serviram de pano de fundo para a Inconfidência, com o declínio da produção aurífera em Minas Gerais.

O ouro do Brasil serviu para financiar a revolução industrial inglesa, aumentando os meios de pagamento necessários a transição do feudalismo para o capitalismo na Inglaterra. Este país era o real receptor do ouro brasileiro, repassado a ele pela metrópole lusitana.

Portugal era um país atrasado, pré-capitalista, e submetido à Inglaterra – inclusive formalmente, desde 1703, através do **Tratado de Methuen** (ou **Tratado de Panos e Vinhos**), pelo qual os tecidos ingleses entrariam (e entraram) sem impostos em Portugal, em troca de **supostas** vantagens fiscais para os vinhos portugueses que entrassem na Inglaterra.

Como vários historiadores observaram, somente a parte portuguesa foi obedecida. Quanto aos vinhos, os ingleses preferiam importar vinhos franceses – até mesmo muito depois, durante o bloqueio continental de Napoleão Bonaparte, quando essa importação, então proibida, constituía contrabando.

Apesar dos esforços do marquês de Pombal (que governou, sob o rei D. José I, entre 1750 e 1777), Portugal voltou à servidão inglesa com a nova soberana, D^a Maria I, depois coronominada, muito justamente, como “a Louca”.

A metrópole lusitana, portanto, como país pré-capitalista, só conservava, ao fim do século XVIII, **enquanto metrópole**, o monopólio comercial em relação ao Brasil – isto é, na prática, era intermediária comercial entre o Brasil e a Inglaterra. Este era o seu papel de **metrópole**.

Enquanto isso, a Inglaterra entrava, de cheio, no capitalismo – e, logo, no capitalismo industrial.

Eric Williams, em **Capitalismo e Escravidão**, demonstra como o tráfico negroiro, na época do mercantilismo, serviu de base ao desenvolvimento do capitalismo inglês. Mas, na medida em que este se desenvolveu, o escravagismo passou a ser um empecilho ao crescimento econômico – tanto na África, pela extração violenta da mão de obra nativa, quanto pelas restrições ao mercado interno do Brasil.

Havia, portanto, dois problemas para o capitalismo inglês:

1) Eliminar o monopólio comercial de Portugal sobre a produção brasileira, isto é, eliminar a **intermediação** de Portugal na relação entre o Brasil e a Inglaterra.

2) Acabar com o escravagismo para ampliar o mercado brasileiro, e, assim, favorecer as mercadorias inglesas neste mesmo mercado.

Na primeira questão, a classe senhorial – os senhores de escravos e de terras daqui – estavam plenamente de acordo com os



ingleses. O fim da intermediação lusitana facilitaria (e facilitou) a venda dos nossos produtos agrícolas aos europeus – isto é, à Inglaterra. Que isso implicasse no estrangulamento do nosso mercado pelas mercadorias industriais inglesas, era algo com que não se importavam naquele momento. Portanto, era possível uma aliança com a burguesia inglesa **nessa questão**.

Na segunda questão, entretanto, os senhores eram contra; viam, como consequência, uma crise da mão de obra, numa quadra histórica em que dispunham de vastas reservas humanas na África e em que o tráfico transatlântico era especialmente florescente – que Deus nos perdoe o uso desta palavra.

O importante é que havia uma contradição entre a classe senhorial daqui – que queria abolir a intermediação lusitana – e a classe dominante metropolitana, que queria manter o monopólio e a consequente intermediação, **pois vivia disso**.

A situação foi resolvida, provisoriamente (ou momentaneamente), com a invasão da Península Ibérica por Napoleão, cujo objetivo era fechar mais ainda o bloqueio sobre a Inglaterra.

Com isso, a intermediação de Portugal sobre o Brasil deixou de existir.

A invasão aboliu *de facto* a monarquia espanhola – exceto pela esposa do futuro rei português (e futura rainha consorte de Portugal), Carlota Joaquina de Bourbon, irmã do acovelhado Fernando VII da Espanha.

Mas a invasão não aboliu a monarquia portuguesa, que foi transportada para o Brasil.

A abertura dos portos “às nações amigas” – isto é, à Inglaterra – foi o ato formal que aboliu o monopólio português sobre a nossa produção. Dois anos depois, os tratados de 1810, principalmente o **Tratado de Comércio e Navegação**, que estabeleceu taxas de 15% para as mercadorias inglesas que entrassem no Brasil, contra 16% para as mercadorias portuguesas e 24% para as mercadorias de outros países, completaram essa remoção da intermediação lusitana.

Não entraremos aqui no conteúdo dos outros dois tratados de 1810 (o **Tratado de Aliança e Amizade** e o **Tratado dos Paquetes**), por não apresentarem a mesma importância para o objetivo deste texto. Basta apenas apontar que esse conteúdo era, na índole, tão lesivo quanto o conteúdo do primeiro tratado; e que a consequência foi o domínio avassalador do mercado brasileiro pela produção inglesa. Por fim, levamos décadas – depois da Independência, portanto – para nos livrar das cláusulas desses tratados.

Entretanto, quanto à segunda questão que apontamos acima (o fim do escravagismo), a classe senhorial conseguiu resistir à pressão britânica – e os **interesses** ingleses, apesar do “Bill Aberdeen” (1845) e de outros instrumentos, conciliaram com a permanência do escravagismo no Brasil, mesmo depois que a própria Inglaterra aboliu a escravidão, em 1833, até o fim do século.

Dessa resistência ao fim do escravagismo redundou a monarquia.

A Independência representava o fim do monopólio comercial de Portugal, ou seja, da intermediação de Portugal entre o Brasil e a Inglaterra.

A monarquia representava a permanência do escravismo e do grande latifúndio como força econômica dominante, mesmo no país agora independente.

Não estamos, aqui, subestimando a habilidade política de José Bonifácio e de seus partidários, que viram na monarquia o caminho para a separação de Portugal. Estamos apenas definindo os marcos econômico-políticos que tornaram esse caminho viável.

Toda a nossa tradição – a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Revolução Pernambucana, da qual participaram os irmãos de José Bonifácio – fora **republicana**. Da mesma forma, as revoltas posteriores a 1822: a Sabinada, a Balaiada, a Cabanagem, a Confederação do Equador, a Revolta Farroupilha e até mesmo a Praieira.

Entretanto, essas revoltas não foram bem sucedidas em seu objetivo nacional e independentista.

Para que o objetivo fosse bem sucedido, ainda que parcialmente, era necessário o apoio – e mesmo a direção – da classe senhorial. O que não quer dizer que o povo, as camadas médias e populares, não tenham se engajado nessa luta. Como escreveu um de nossos maiores historiadores, precisamente, sobre a Independência:

“... por que o povo, isto é, as classes dominadas, participaram do processo, empenharam-se nele, lutaram por ele? Claro está que, no caso, como em muitos outros, tratava-se de compreender – e esse foi um processo em muito inconsciente – que a etapa de hoje gera a etapa de amanhã, isto é, a mudança parcial de hoje abre perspectivas para a mudança radical de amanhã. O povo acompanha sempre, na história, os movimentos que, embora não comande, apresentam saldos em seu favor e, particularmente, abrem novos caminhos e permitem o próprio andamento do processo” (Nelson Werneck Sodré, **A República (uma revisão histórica)**, Editora da Universidade, UFRGS, 1989, pp. 52-53).

Uma testemunha ocular, Maria Graham, nota que a cor dos combatentes da Independência não é exclusivamente branca – aliás, nem preferencialmente branca. É principalmente o povo que se mobiliza para garantir o seu país (v. Maria Graham, **Diário de uma Viagem ao Brasil – e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**, trad. Américo Jacobina Lacombe, CEN, 1956).

Sobre isso, o próprio D. Pedro, nas cartas ao pai, que voltara a Portugal, fornece um testemunho semelhante.

O Sete de Setembro, diante da revolta do Brasil – da classe senhorial até ao povo – torna-se inevitável. Acabara-se o monopólio lusitano e permanecera, pelo menos até o fim do século XIX, o escravagismo. Eram as condições para a Independência **naquele momento**. As transformações mais profundas (“estruturais”, como alguns dizem) seriam para momentos posteriores.

Mas é significativo (aliás, é decisivo) que o gatilho para o Sete de Setembro tenha sido a tentativa portuguesa, após a Revolução do Porto, em 1820, de recolonizar o Brasil, ou seja, de restabelecer o monopólio comercial sobre o Brasil.

Isso era tudo o que os senhores de terra e de escravos não queriam, após terem se livrado desse monopólio – ou seja, da intermediação lusitana – em 1808, com a chegada da família real ao Brasil.

Porém, a exigência de que D. João VI voltasse a Portugal – e, logo em seguida, a tentativa de que D. Pedro saísse do Brasil – tinham por objetivo exatamente isso: a restauração do monopólio comercial português sobre a produção brasileira, portanto, a restauração do nosso estatuto colonial na base anterior a 1808, com a intermediação lusitana.

Isso provocou a explosão definitiva dos nossos laços de submissão com a metrópole portuguesa, que tentava ressuscitar um sistema colonial que já estava falido – não somente pela nossa recusa à submissão, mas também pelos interesses ingleses, que seriam contrariados pela restauração da intermediação de Portugal.

Daí, a Independência como ponto culminante de nossa resistência.

No entanto, o Sete de Setembro conduziu a uma crise, de que somente sairíamos com o surto do café e o esmagamento das revoltas que pontilharam a Regência – e até um pouco depois, com a Revolução Praieira, de 1848.

A dissolução da Constituinte de 1823 – e a consequente outorga da Constituição de 1824 – é o primeiro episódio importante da luta de classes após o Sete de Setembro de 1822. Com esse ato, os Andradas e seus partidários, que comandaram politicamente a Independência, são exilados e proscritos.

Apesar da Constituição outorgada vigorar por todo o Império, até a sua derrocada em 1889, D. Pedro I não conseguiu manter-se no poder. Seu favorecimento ao chamado “partido português” provoca a revolta popular – e mesmo da classe dominante brasileira. Por isso, é obrigado a abdicar em Sete de Abril de 1831. Brasil Gerson falou, com razão, sobre a precariedade do Império de D. Pedro I (v. **A história popular de Tiradentes e A revolução brasileira de D. Pedro I**).

Mas é significativo que, apesar dessa precariedade política e institucional, Pedro I, mesmo depois de voltar a Portugal e romper o cerco do Porto, jamais renegou a sua nacionalidade brasileira, como notou Octávio Tarquínio de Sousa na gigantesca biografia do nosso primeiro imperador que faz parte da sua **História dos Fundadores do Império do Brasil**.

A Regência, dizem alguns, foi uma “quase-república”. Sem dúvida, não tínhamos um imperador em exercício (que, pela Constituição de 1824, era titular de dois poderes, o Executivo e o Moderador, sem que existisse qualquer parlamentarismo legal). Mas dificilmente podemos deixar de entender as desconfianças de um Bolívar, que sempre viu no regime brasileiro uma intromissão europeia na América.

A Regência foi o período em que a classe senhorial, que fora a base econômica (e, na verdade, política) da Independência estabeleceu o seu Estado e o seu domínio sobre o conjunto do país.

Não era uma tarefa fácil, até porque, ao contrário das repúblicas castelhanas, nosso território é imenso. Mais difícil ainda era a tarefa, se esse domínio tinha por base o escravismo e o latifúndio.

No entanto, mesmo com todos esses problemas, tínhamos consumado uma obra que serviria para que continuássemos em direção à República – e, desta, para a Revolução de 30 e nosso primeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Tínhamos construído um país.

Mas a Revolução da Independência terminara.

Coroação do Imperador Pedro I em 1º de dezembro de 1822 (quadro de Jean-Baptiste Debret)

Em seu **As Razões da Independência**, Nelson Werneck Sodré assim resume esse término:

“A fase da Regência, ainda pouco estudada, e das mais importantes da história brasileira, dá acabamento ao processo da independência, definindo o campo e as forças políticas que o ocupam e dando fisionomia ao Estado em nosso país, dotando-o das características de instrumento da classe senhorial, dos proprietários de terras e de escravos ou de servos. Foi por isso mesmo uma fase conturbada, denunciando o país a extrema fragilidade de sua estrutura. Coincidiu com a grande crise que tivera início com a decadência da mineração e que só se encerraria com o surto do café. Foi este surto, realmente, que permitiu as condições materiais em que a centralização de poderes se realizou, liquidada a esquerda liberal que, desde os primórdios da autonomia, pretendera dar outro destino ao país.

“Os movimentos de rebeldia do segundo período da Regência têm, assim, uma destacada importância. Eles se bifurcam em dois tipos: os movimentos em que a camada média comanda, com o apoio de camadas da classe senhorial da província afetada, como no caso da revolução farroupilha e da *Sabinada*; e os movimentos de massa, com ou sem participação de elementos da camada média, como no caso da *Cabanagem* e da *Balaiada*. No primeiro período, com a Confederação do Equador, só haviam ocorrido rebeliões do primeiro tipo. Tais rebeliões, entretanto, estão por ser estudadas, na profundidade que exigem. De qualquer forma, a verdade está com o historiador que sumariou os acontecimentos da forma seguinte: ‘De 1837 a 1849, percorre a política brasileira a mais caracterizada trajetória reacionária de sua história. O período anterior fora de hesitações, de reagrupamento de forças, dispersas pela abertura do novo ciclo histórico que assinala a abdicação do primeiro imperador: a consolidação definitiva da independência nacional. Depois disto, parece que a reação toma consciência de seu papel, e abandonando as hesitações do passado, entra definitivamente no rumo natural de sua evolução’ (Caio Prado Júnior; **Evolução Política do Brasil e Outros Estudos**, 2ª ed., S. Paulo, p. 50).

“É preciso considerar que liberalismo, na época, era sinônimo de democracia. Tratava-se, para o Brasil, de escolher o seu destino, na medida das possibilidades, de acordo com as condições objetivas: ou o rumo da democracia, a que os elementos da esquerda liberal emprestavam todos os seus esforços e todos os seus sacrifícios, ou o de um sistema como aquele que acabou por prevalecer, que nos fez a singularidade continental de um regime monárquico, em tudo e por tudo estranho à nossa gente, como aos nossos vizinhos que, antes ou na mesma fase, encontraram solução republicana para o processo de sua autonomia.

“A consolidação da classe senhorial no poder, com o estabelecimento desse regime, e seu restabelecimento, depois do Sete de Abril, responde pelo largo período de lento desenvolvimento, quando as características fundamentais do que havia de essencial no sistema colonial persistiram atuando. Passávamos da dependência política de metrópole decadente para a dependência econômica e financeira de metrópole próspera. Realizávamos um avanço, sem a menor dúvida. Mas o processo da independência ficava em meio, por força das condições dominantes no mundo e no Brasil. Teríamos ainda muito de experiência a acumular para que, no fim do século, últimassemos a escolha de regime mais adequado e, posteriormente, encetássemos os esforços no sentido de concretizar a independência capaz de permitir ao país o desenvolvimento que o seu povo merece” (Civilização Brasileira, 1965, pp. 260-261).